

Parque Arthur Thomas, Londrina PR:

Utilização como espaço de lazer e recreação para o turismo.

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Planejamento e Gestão do Turismo como requisito parcial para a obtenção do título de especialista. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
Prof., Orientador: Miguel Bahl.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	iv
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	1
I – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO	6
1. ECOLOGIA	6
1.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SEU PLANO DE MANEJO	9
1.2. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	17
1.3. RELAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TURISMO	19
II – LAZER E RECREAÇÃO	26
1. LAZER E RECREAÇÃO – CONCEITOS	26
2. OS ESPAÇOS PARA O LAZER E RECREAÇÃO	29
2.1. PARQUES DE LAZER E RECREAÇÃO	32
3. RELAÇÃO LAZER E TURISMO	34
III – O PARQUE ARTHUR THOMAS – P.A.T.	40
1. INTRODUÇÃO	40
1.1. PARQUE ARTHUR THOMAS	41
2. JUSTIFICATIVA	45
3. OBJETIVOS	46
4. PROBLEMA	46
5. HIPÓTESES	46
6. VARIÁVEIS	47
7. PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS – AMOSTRAS	48
7.1. RESULTADOS DA ANÁLISE DO PARQUE	49

8. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS	52
8.1. DOS VISITANTES DO PARQUE ARTHUR THOMAS	52
8.1.1. GRUPO I = PERFIL SÓCIO/ECONÔMICO:	54
8.1.2. GRUPO II = QUANTO AO PARQUE	56
8.1.3. GRUPO III = SOBRE LAZER E ATRATIVOS TURÍSTICOS	62
8.2. DOS FUNCIONÁRIOS DA A.M.A.	64
9. COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS	68
10. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	74
CONCLUSÃO	77
SUGESTÕES COM RELAÇÃO AO PARQUE ARTHUR THOMAS	82
ANEXO A: O PERFIL DO VISITANTE DO P. A.T.	83
ANEXO B: OS FUNCIONÁRIOS DA A.M.A.	88
ANEXO C: ANEXO I DA PORTARIA 134/97 DO IAP	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
BIBLIOGRAFIA GERAL	101

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS:

TABELA 1: BALANÇO DE VISITANTES – (1995-1996-1997) – VISITANTES	52
TABELA 2: VISITAS DE ESCOLAS	53
TABELA 3: BALANÇO DE VISITAS AO PARQUE	53
TABELA 4: BALANÇO DE VISITANTES (1994-1995-1996-1997-1998-1999)	54
TABELA 5: ESTADO CIVIL DOS VISITANTES	54
TABELA 6: SEXO DOS VISITANTES	55
TABELA 7: IDADE DOS VISITANTES	55
TABELA 8: ESCOLARIDADE DOS VISITANTES	55
TABELA 9: RENDA FAMILIAR TOTAL DOS VISITANTES	55
TABELA 10: ORIGEM DOS VISITANTES	56
TABELA 11: QUANTAS VEZES VISITA O PARQUE	56
TABELA 12: LOCOMOÇÃO PARA CHEGAR AO PARQUE	57
TABELA 13: TEMPO DE PERMANÊNCIA	57
TABELA 14: ÁREA VERDE PERTO DE CASA	57
TABELA 15: ALIMENTAÇÃO NO PARQUE	58
TABELA 16: AMIZADES NO PARQUE	58
TABELA 17: OPINIÃO SOBRE INFRA-ESTRUTURA	58
TABELA 18: SUGESTÕES PARA MELHORAR O P.A.T.	59
TABELA 19: O QUE FALTA NO PARQUE	59
TABELA 20: IMPORTÂNCIA PARA O VISITANTE E A CIDADE	60
TABELA 21: CONSIDERA O PARQUE ARTHUR THOMAS UM ATRATIVO	61
TABELA 22: O QUE TORNA O PARQUE UM ATRATIVO	61
TABELA 23: O QUE É LAZER	62
TABELA 24: ONDE COSTUMA PASSEAR	63
TABELA 25: ATRATIVOS DE LONDRINA	63

GRÁFICOS:

GRÁFICOS 01 E 02: FAIXA ETÁRIA; ESCOLARIDADE	65
GRÁFICO 03: VISITA O PARQUE	65

GRÁFICO 04: IMPORTÂNCIA DO PARQUE – JUSTIFICATIVAS	66
GRÁFICO 05: DIVULGAÇÃO	66
GRÁFICO 06: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	67
GRÁFICO 07: CONSIDERAM COMO ATRATIVO TURÍSTICO	67
GRÁFICO 08: SUGESTÕES	67
GRÁFICO 09: LAZER x SEXO	69
GRÁFICO 10: ESCOLARIDADE x SEXO	69
GRÁFICO 11: LAZER x ESCOLARIDADE	70
GRÁFICO 12: SEXO x INFRA-ESTRUTURA	70
GRÁFICO 13: ESCOLARIDADE x SEXO x INFRA-ESTRUTURA	71
GRÁFICO 14: RENDA x SEXO	71
GRÁFICO 15: RENDA x INFRA-ESTRUTURA x SEXO	72
GRÁFICO 16: IMPORTÂNCIA DO PAT x SEXO x ESCOLARIDADE	72
GRÁFICO 17: VISÃO DO PARQUE COMO UM ATRATIVO	73

RESUMO

Sendo uma soma de área de lazer, e de preservação, o Parque Arthur Thomas, com seus 87,72 ha, é um exemplo evidente da relação Homem/Natureza. Localizado na cidade de Londrina, no estado do Paraná, recebe visitantes, tanto londrinenses, como também das cidades vizinhas, tornando-se neste aspecto, conhecido em toda a região. Neste trabalho buscou-se obter informações sobre os seus visitantes e suas razões em visitá-lo, ao mesmo tempo, verificar se o Parque Arthur Thomas possuía infra-estrutura adequada para se tornar um atrativo turístico. Esta pesquisa tornar-se-ia incompleta se não fosse feita uma explanação sobre os conceitos de Unidades de Conservação, e de Área de Lazer, pois estão relacionados ao objeto em questão, sendo partes indivisíveis do mesmo. Assim é que o primeiro capítulo, trata das Unidades de Conservação, enquanto o segundo capítulo visa demonstrar a importância do Lazer no mundo moderno. O terceiro capítulo apresenta os dados obtidos em pesquisa de campo, bem como suas respectivas análises, pois intencionava-se verificar se havia necessidade de melhorias e de aplicação do Plano de Manejo no local.

INTRODUÇÃO

A cidade de Londrina, localizada na região norte do Paraná, teve na agricultura cafeeira o marco do seu desenvolvimento, com um crescimento vertiginoso que ampliou totalmente suas atividades. Mesmo após o declínio do ciclo do café, Londrina manteve o mesmo ritmo de desenvolvimento, tornando-se um grande centro cultural, esportivo e prestador de serviços, com um pólo industrial e comercial muito ativo. Nesta última década dos anos 90, Londrina acrescentou o turismo como mais uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

A história da colonização de Londrina é um exemplo da relação Homem/Natureza com todos os seus pontos favoráveis e discordantes. Se no início desta relação a questão de suprir suas necessidades básicas (alimentação, abrigo, diversão, ...) levaram os pioneiros a extraí-las da natureza, foi na própria natureza, com o café, que eles buscaram o crescimento de sua cidade.

Assim a relação Homem/Natureza foi marcada pela exploração, sem levar em conta a questão da preservação e conservação. O homem dependia da natureza e, sobre ela, exercia suas ações. Muitas vezes estas eram tão excessivas que a natureza não tinha condições de as absorver, resultando em problemas ambientais.

A ação do homem sobre o meio é, socialmente, diferente a do animal, pois é baseada em motivações complexas que vão além das necessidades físicas, o que caracteriza a sociedade moderna. Baseando-se numa tecnologia altamente consumidora de energia e matéria-prima, o homem busca hoje, no seu contato com a natureza, reabastecer suas energias físicas e psicológicas; neste contexto o Parque Arthur Thomas (P.A.T.) representa um vínculo com suas raízes, uma área de preservação, onde elementos da flora e fauna nativa representam um pequeno retrato da região do norte do Paraná, localizado na região sul da cidade, próximo ao centro.

Sabe-se que a Revolução Industrial trouxe uma nova realidade socioeconômica, a liberação das forças produtivas proporcionadas pelo industrialismo e pelas novas descobertas tecnológicas, que vêem no crescimento industrial um instrumento do progresso humano, mostrando uma nova realidade. O sistema capitalista criou mecanismos para manter este crescimento sem indagar a questão da qualidade de vida, também outra característica deste sistema, aumentar os espaços na vida humana comercializados, ou seja, o dinheiro ganho com a venda do trabalho do homem paga quem cuide de sua saúde, de seu lazer, da sua comida e até o seu contato com a natureza, quando o tem, passa a ser em grande parte privatizado – por hotéis, clubes de campo, ... – presença muito marcante desta sociedade em que se vive na atualidade.

Além do vínculo com suas raízes o Parque Arthur Thomas é uma área destinada ao lazer, diante deste argumento é necessário esclarecer que lazer está associado ao tempo livre do homem, aquele tempo em que não está no trabalho e exclui também o tempo necessário às necessidades básicas do indivíduo, tempo que poderá utilizá-lo como bem entender seja para sua distração, desenvolvimento da personalidade e até mesmo não fazer nada.

Observa-se que o lazer tem quatro funções claras: descanso, divertimento, recreação e desenvolvimento da personalidade humana; assim esse parque é um dos locais disponíveis para a realização do lazer e o contato com a natureza, seja de uma forma individual ou coletiva.

Mas para as cidades oferecerem áreas de lazer à sua população, as atividades realizadas no tempo livre impõem alterações na organização estrutural do meio urbano determinando modificações no tipo de construção, na categoria dos serviços, de transportes disponíveis e na ocupação das áreas urbanas.

O Parque Arthur Thomas nasceu de uma doação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de 60,25 ha de área para a implantação de uma área de preservação e lazer. Segundo a lei municipal n.º 2.564 de 17/09/1975, em seu artigo 1º, parágrafo único: “A área a ser recebida em doação, destinar-se-á à

implantação de área de lazer, devendo ser preservada ecologicamente pelo município.”

A criação do parque surgiu da relevância dos fatores preservação e lazer para moradores e visitantes na cidade de Londrina, pois há preocupação por parte de seus governantes com a qualidade de vida dos seus habitantes e o desejo de transmitir às futuras gerações um ambiente preservado.

Diante do sistema em que os espaços na vida humana são comercializados, resultando na privatização dos mesmos, esta pesquisa tornou-se uma forma de identificar o parque como uma área de lazer e recreação destinado ao turismo.

Segundo os resultados das pesquisas de dois questionários aplicados no Parque Arthur Thomas, pretendendo descobrir a percepção dos visitantes e funcionários da Autarquia do Meio Ambiente (A.M.A.), órgão responsável pelo parque, quanto aos equipamentos, instalações e serviços ofertados para que o aproveitamento seja racional, objetivou-se apresentar uma pesquisa que venha a auxiliar, e servir de base, para futuros trabalhos sobre o Parque Arthur Thomas. Mais especificamente, pretendeu-se demonstrar se o local em questão é propício ao turismo, e se o mesmo não está incorrendo em danos irreversíveis à natureza, pretendendo até mesmo propor melhorias para a sustentabilidade do parque.

Além disso, para descobrir a importância do parque para a cidade de Londrina e seus moradores, como um atrativo turístico, que poderá gerar benefícios à sua população através da autosustentabilidade do parque, torna-se necessário principiar este trabalho com a caracterização do local como uma Unidade de Conservação (U.C.), pois com essa análise tornar-se-á possível diagnosticar a preservação e exploração do mesmo. Entretanto, esta análise ficaria incompleta se não fosse realizada uma pesquisa sobre o lazer e recreação, fatores chaves de uma sociedade moderna, e que é apresentada no capítulo II.

Por fim, o terceiro capítulo destina-se à apresentação do Parque Arthur Thomas em sua integridade e os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa “*in*

loco” junto aos funcionários e visitantes do parque. Com estes dados pode-se contribuir para futuros trabalhos que objetivem aplicar as devidas melhorias dentro do conceito de desenvolvimento sustentável do turismo, o que, conseqüentemente acarretará na preservação desta unidade. E a cidade de Londrina propiciará à comunidade e aos turistas uma área de lazer e preservação ambiental com qualidade de vida.

Por outro lado, há de se levar em conta também a educação ambiental – um dos projetos mais efetuados no parque e que é melhor explicado no item 1.2 do primeiro capítulo – que visa proporcionar ao visitante os motivos da preservação desse resquício da natureza que é o Parque Arthur Thomas; seu valor para a sociedade londrinense, e, conseqüentemente, a sua importância como patrimônio da humanidade, pois o parque torna-se também parte da história daqueles que o visitaram no passado e, para os que o visitam no presente.

Através da pesquisa *in loco*, realizada pela autora deste trabalho, foi possível identificar o quanto falta de conhecimento aos visitantes do parque com relação à diferença entre atratividade turística e a infra-estrutura do local. Muitos dos que responderam ao questionário, demonstraram não compreender a diferença entre ambos os itens acima, achando que, não importando a situação da infra-estrutura do lugar, nada seria alterado em relação à sua exploração pelo turismo.

No que concerne às melhorias, as respostas variaram desde os itens realmente necessários a um parque, até propostas esdrúxulas, tais como a construção de um campo de futebol no local, ou a ampliação (senão a deslocação) da área de estacionamento para dentro do parque. Estas respostas, muitas vezes dadas de modo inocente, demonstram o quanto os visitantes não discerniam entre a importância da natureza e uma área de lazer. Muitos não percebem que, entrar em contato com a natureza também inclui ser arranhado pelas plantas, suar em longas caminhadas, ou encontrar os animais naturais da região em seu “habitat” nativo e preservado.

Isto tudo são apenas alguns exemplos a serem conferidos no terceiro capítulo deste trabalho que, sem pretender colocar um ponto final nestas reflexões,

poderá servir de base para futuros projetos e pesquisas que possam complementar e, ou, se aprofundar melhor no tema deste trabalho, podendo propor melhorias e avanços no turismo, enfocando a sustentabilidade do parque. Para que o parque seja realmente um local onde seres humanos e meio ambiente tenham uma relação de perfeito equilíbrio.

Que este trabalho sirva para que, antes de tudo, os indivíduos que compõem a sociedade, voltem sua atenção para as poucas reservas e parques – os pequenos focos de mata nativa – compreendendo a importância de sua preservação. Pois, com a cada vez mais crescente urbanização, resultando na diminuição das fronteiras do meio ambiente e, conseqüentemente prejudicando todo o ecossistema do planeta, o futuro da humanidade torna-se algo incerto num mundo em que se procura mais áreas para habitação e recreação.

I – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO

O PARQUE ARTHUR THOMAS é um parque municipal, e foi criado para proporcionar aos moradores da cidade de Londrina um local de lazer, mas, também como forma de preservar a mata nativa que ali está representada. Sendo assim, para abordar sobre o PARQUE ARTHUR THOMAS é necessário conceituar o que é uma Unidade de Conservação: sua importância, o manejo, ferramenta de gerenciamento, desta área e qual é a sua relação com o Turismo.

1. ECOLOGIA

A Ecologia surgiu como um termo atual que adquiriu força neste século XX, e que para o século XXI será peça fundamental no planejamento e desenvolvimento da sociedade, visto que a Ecologia trata da relação, ação e interdependência de todas as espécies, sendo nos humanos apenas uma parte desta relação, talvez não a melhor mas, com certeza, a que possui o maior poder desequilibrador dos sistemas naturais. Tudo isso devido ao seu poder de raciocínio, a capacidade técnica e a densidade de população concentrada da espécie humana.

A sociedade moderna, fruto da expansão tecnológica e do industrialismo, tem as seguintes consequências: excessivo crescimento demográfico, crescimento desordenado do parque industrial, congestionamento urbano provocado pelo desejo de todos procurarem melhores condições de vida que supostamente existe nas grandes cidades, poluição ambiental que afeta diretamente as grandes concentrações urbanas, influenciando sobre a qualidade de vida. Mas o fator principal deste desequilíbrio é a utilização da natureza para satisfazer necessidades que são socialmente fabricadas. “Necessidades (por vezes muito pouco 'necessárias') que nascem com o crescimento da complexidade sócioeconômica e cultural das

sociedades, como o desenvolvimento da divisão e da estratificação social no interior dos grupos humanos".¹

Quais são as conseqüências da ação do homem sobre a natureza, os impactos ambientais que sempre ocorrerão já que é a natureza a fonte de todos recursos para o homem satisfazer suas necessidades se, até então, estes impactos estavam restritos, ou a percepção era pouca? Ou mesmo se sua importância surge apenas quando se atinge níveis profundos de destruição, como conseqüência do imenso avanço internacional da produção industrial e tecnológica, para que ampliar a importância e o debate sobre Preservação e Conservação da nossa fonte de matéria prima, a natureza?

Os recursos da natureza de onde tiramos a satisfação de nossas necessidades sejam elas biológicas, sociais ou culturais estão divididos basicamente da seguinte forma:

1. recursos renováveis (animais e vegetais);
2. recursos não renováveis (minerais, fósseis, etc.);
3. recursos livres (água, ar, luz solar e outros elementos que existem em abundância).²

Estes recursos constituem a base material da existência – neste caso aqui a sobrevivência das espécies e sua vinculação – onde de um lado tenta-se garantir a reprodução dos recursos renováveis, enquanto que do outro lado encontra-se a preservação das reservas de recursos não renováveis.

Como o homem trata esta relação com a natureza, sabe-se que depende da natureza, pois ele necessita das florestas e estas conseqüentemente dos animais e microorganismos formando um sistema. Se continuar a relação de dominação o homem caminha para catástrofes de conseqüências incalculáveis, é necessário uma consciência ecológica que traduza a conscientização de que faz parte da natureza, e que sua atuação/interação com ela poderá ameaçar a sua própria existência.

¹ LAGO & PÁDUA, *O que é ecologia*. 1985, p. 29.

² LAGO & PÁDUA, 1985, p. 29.

Esta consciência ecológica traduz-se pela busca de fórmulas que "... permitam a manutenção do processo de desenvolvimento, concomitantemente à preservação do meio ambiente, o que vem se constituindo em um grande desafio à sociedade contemporânea".³

Uma das preocupações da sociedade moderna é a qualidade de vida, que está necessariamente vinculada ao índice que mede o desenvolvimento de um país, economicamente, o PNB (Produto Nacional Bruto), que é a agregação que permite quantificar em valor, a totalidade dos bens e serviços à disposição de uma sociedade, em períodos de tempo convencionalmente definidos como sendo um ano.⁴

Um índice que registra apenas a criação positiva da produção econômica, não levando em conta sua natureza social ou seus efeitos sobre o ambiente assim, por exemplo, a derrubada comercial de uma floresta é contabilizada no PNB apenas como criação positiva de riqueza, sem que desconte a perda definitiva de bens naturais. Aí temos que saber se a quantidade é prioridade na vida do homem, ou se temos que nos preocupar com a qualidade de vida, pois está comprovado que o crescimento ilimitado não é possível visto que estamos num planeta finito e de recursos limitados, onde os recursos renováveis não tem capacidade de se auto reproduzir no ritmo do crescimento acelerado e as conseqüências desta sociedade, já citada anteriormente, faz com que se pense seriamente na PRESERVAÇÃO e CONSERVAÇÃO do que temos em nossas Unidade de Conservação, de nosso planeta.⁵

Como trata o próprio Ministério de conceituar:

... desenvolvimento amplia se tornando mais realista o crescimento é fundamento necessário; a qualidade de vida, definida de uma maneira concreta para cada um dos grupos sociais urbanos e rurais, um objetivo da sociedade; o manejo do meio ambiente, um instrumento para realizar uma gestão

³ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1977, p. 16

⁴ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1977, p. 16.

⁵ LAGO & PÁDUA, 1985, p. 29.

racional dos recursos, controlando ao mesmo tempo o impacto do homem sobre a Natureza.⁶

Conservação e preservação estarão dentro do conceito de qualidade, preocupando-se com qualidade de vida, em perpetuar, evitar desperdício, degradação e manutenção. Um conceito que resume de maneira clara esta questão é: “Preservar é restaurar o que o homem com sua capacidade de interferência alterou e ao mesmo tempo conservar o equilíbrio biológico nos ambientes naturais. Permitindo sua utilização de forma inteligente e com controle permitindo continuar servindo o homem como fonte de subsistência até as gerações futuras.”⁷

Para esta relação homem/natureza ocorrer é necessário observar os seguintes pontos:

- Utilizar racionalmente os recursos naturais;
- Evitar desperdício e destruição dos mesmos;
- Recuperar aqueles ecossistemas alterados pelo homem;
- Melhorar a qualidade de vida animal, vegetal e humana.

1.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SEU PLANO DE MANEJO.

Na criação do primeiro parque, o Parque Nacional de Yellowstone, em primeiro de março de 1872, nos Estados Unidos, ao ser aprovado pelo congresso americano, foi proibida qualquer exploração que alterasse as características naturais da área, e foi destinada à preservação, recreação e benefício das gerações atuais e futuras.⁸ Demonstrou então uma preocupação voltada à Natureza, a partir daí outros países adotaram a idéia de criação de parques, sem que houvesse um consenso entre eles, pois cada um possuía características e peculiaridades próprias.

⁶ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1977, p. 18.

⁷ SILVEIRA, apud ORNELAS. *Degradação ambiental em áreas de Preservação: Parque Arthur Thomas Londrina/Paraná*, 1991, p. 26.

⁸ MILANO. *Unidades de Conservação: conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração*, 1993, p. 2.

Em 1940, dá-se em Washington, a convenção sobre a Proteção da Natureza e Preservação da Fauna e Flora, onde definem Parque Nacional, Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Estritamente Silvestre. Em 1948, na França, cria-se a UIPN (União Internacional para a Proteção da Natureza) que em 1956 na Escócia passou a denominar-se UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), hoje União Mundial para a Natureza, instituição com papel fundamental na orientação à criação de UNIDADE DE CONSERVAÇÃO em todo o mundo e com assistência aos países em desenvolvimento para o planejamento e administração dessas áreas.⁹

Sabe-se que devido às diferentes correntes de pensamento a respeito da definição e caracterização das áreas silvestres existe um número considerável de áreas com nomes diferentes e características e objetivos iguais, assim o Brasil não tem adotado todas as unidades de conservação previstas pelas organizações internacionais. Como trata Silva sobre a criação das unidades de conservação cabe destacar:

a) Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), em seu artigo 5º , afirma que cabe ao Poder Público criar:

I) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

.....
 Artigo 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.¹⁰

A Legislação Brasileira exige que todas as Unidades de Conservação – U.C. – tenham planos de manejo para que seja organizado o processo de utilização das áreas, de acordo com suas características físicas, bióticas e socioeconômicas bem como os objetivos de conservação que queiram ser atingidos.

⁹ MILANO, 1993, p. 2.

¹⁰ SILVA, Lauro Leal da. *Ecologia: manejo de áreas silvestres*. Santa Maria: MMA, FNMA, FATEC, 1996, p. 41-43

Com o passar do tempo a preocupação com a conservação da natureza evoluiu, extrapolando o conceito original de áreas silvestres, pois além de preservar belezas cênicas, as U.C. tem atualmente finalidades científicas, ecológicas e econômicas. Um dos conceitos de U.C. é o seguinte:

... são porções do território Nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração e as quais aplicam-se garantias de proteção.¹¹

Um outro conceito foi encontrado no INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP) e que conceitua U.C. da seguinte forma:

Unidades de conservação denominam-se coletivamente as áreas com delimitações definidas que objetivam a proteção da flora e da fauna de um determinado ecossistema, criadas para garantir a multiplicação e perpetuação das espécies nele existentes bem como proteger paisagens de notável beleza, monumentos naturais e outros bens de interesse cultural.¹²

Para a classificação das áreas silvestres do Brasil em categorias de manejo, o IBDF¹³ - seguiu as orientações contidas em um documento preparado pela IUCN:

3.1.1- Categorias de manejo de importância nacional

- a) Monumento natural;
- b) Parque nacional;
- c) Reserva biológica;
- d) Santuário ou Refúgio da vida silvestre.

As principais características desse grupo são:

- a) proteção total dos recursos naturais;
- b) uso indireto dos recursos naturais;
- c) observar a evolução dos ecossistemas ou parte deles, mantendo-os em estado natural;

¹¹ FUNATURA, 1989, apud Milano, 1993, passim p. 01-60.

¹² IAP – Cartaz demonstrativo do departamento.

¹³ Cabe informar que o IBDF já foi extinto, sendo substituído pelo ITCF na atualidade.

d) as terras devem pertencer à União, exceto para o caso de Santuário da Vida Silvestre onde nem sempre a aquisição pelo poder público é necessária.

3.1.4 – Categorias de manejo regionais ou locais

São categorias de conservação pertencentes a outras esferas do poder, e não o federal:

- a) Reserva biológica estadual ;
- b) Reserva biológica municipal;
- c) Parque estadual;
- d) Parque municipal;
- e) Parque de caça estadual;
- f) Parque de caça municipal ;
- g) Outras unidades.¹⁴

Para este trabalho serão conceituados, dentro do Plano de manejo, algumas categorias. Não serão todas, visto que muitas apresentam nomes diferentes mas a mesma função, e nem todas existem em território nacional:

PARQUES

Têm por finalidade “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (Lei n.º 4.771/65, art. 5º, a).

Definem-se como “áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidos à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo”, e constituem bens públicos “destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-las e mantê-las intocáveis”, seu objetivo principal “reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem” (Decreto nº 84.017, de 21.09. 79, art. 1º e parágrafos).

Os Parques podem ser criados pelo Poder Público federal, estadual e municipal, por lei (Legislativo) ou decreto (Executivo), em terras sob dominialidade pública. Nos Parques, é proibida qualquer forma de exploração de recursos naturais, ressalvada a única exceção de cobrança de ingresso a visitantes, cuja renda deve ser destinada em pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como de obras de melhoramentos do Parque. Podem ser admitidas outras fontes de recursos, resultantes de uso indireto, que não impliquem em nenhuma forma de uso direto de recursos naturais.

¹⁴ SILVA, 1996, p. 38-41; p. 71-72, grifo nosso.

O uso e a destinação das áreas que constituem os Parques devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais envolvidos, condicionada a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos ou recreativos.

Deve ser elaborado Plano de Manejo, revisto periodicamente, que indique detalhadamente o zoneamento de área total do Parque, além de Regimento Interno, que particularize situações peculiares.

Deve ser ressaltado que nem sempre os parques municipais enquadram-se no rigor das normas federais, não se enquadrando completamente à definição de Parque, pela presença de quadras esportivas, “playgrounds”, ginásios e demais edificações com fins assemelhados. Contudo não devem ser confundidos com áreas de lazer cujo conceito é apresentado a seguir:

Base Legal: - Lei n.º 4.771, de 15/09/65, com alteração da Lei n.º 7.875, de 13/11/89, art. 5º, a e parágrafo único. Decreto n.º 84.017 de 21/09/79.¹⁵

Artigo 14 – Os Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais se destinam preservar áreas naturais ou pouco alteradas, abrangendo paisagens, ecossistemas e/ou sítios geológicos de grande interesse para atividades científicas, educacionais e recreativas, de lazer, realizadas em obediência a Planos de Manejo.

Parágrafo Único – Enquanto não for elaborado o Plano de Manejo da Unidade, poderão ser autorizadas as atividades previstas neste artigo, segundo regulamentação elaborada pelo órgão competente.¹⁶

A existência do ato de planejar é para que ocorra uma normatização dos procedimentos técnicos, políticos e administrativos para atingir os objetivos de:

... conservar paisagens de relevantes belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentado, visando à recreação e Turismo, conservar valores culturais, históricos e arqueológicos – patrimônio cultural da nação – para investigação, fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo.¹⁷

O plano de manejo é um instrumento de gestão da U.C., uma ferramenta para ser utilizada na administração desta. O que se observa é que planejar o "plano

¹⁵ Anexo I da Portaria 134/97 do IAP, grifo nosso.

¹⁶ SILVA, 1996, p. 73.

¹⁷ SILVA, 1996, p. 73.

de manejo" requer certos cuidados e mostra que o trabalho envolve uma equipe multidisciplinar pois é necessário, como FAO trata:

- a) descrição dos contextos nacionais e regionais
- b) descrição e análise dos recursos naturais, culturais e fatores sócio-econômicos da área.
- c) considerações e objetivos do manejo
- d) programa de manejo
- e) programas de desenvolvimento.¹⁸

Segundo Silva o Plano de manejo é: "... o conjunto de atividades nas áreas silvestres, o qual deve ser escrito e precisa conter claramente o que, quando, onde e quem deve executar as ações, para que não ocorram desequilíbrios entre a administração, a natureza e o público".¹⁹

Mas como ressalta o mesmo autor o plano de manejo não é estático ele deve levar em conta as transformações econômicas, políticas, sociais e as alterações tecnológicas também.

Dentro do plano de manejo trabalha-se com as áreas que constituem as U.C. e que são classificadas em *Zonas*. Zoneamento é a divisão em áreas com diferentes níveis de usos e atividades,²⁰ as zonas demandam diferentes graus de proteção e intervenção que irão variar de acordo com os objetivos de cada uma.

Segundo decreto n.º 84.017 de 21 de setembro de 1979 que é o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros que prevê:

Artigo 7º – O Plano de Manejo indicará detalhadamente o zoneamento da área total do Parque que poderá, conforme o caso, conter no todo ou em parte, as seguintes zonas características:

... **Zona intangível** (...) O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

... **Zona primitiva** (...) O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.

¹⁸ FAO, apud Silva, 1996, p. 99-100.

¹⁹ SILVA, 1996, p. 96.

²⁰ SILVA, 1996, p. 121.

... **Zona de uso extensivo** (...) O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade pública para fins educativos e recreativos.

... **Zona de uso intensivo** (...) O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

... **Zona histórico-cultural** (...) O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

... **Zona de recuperação** (...) O objetivo geral do manejo é deter a degradação dos recursos e restaurar a área.

... **Zona de uso especial** (...) O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou o efeito das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.²¹

Dentro do zoneamento não podemos esquecer da *capacidade de carga ou suporte*, ou melhor, a capacidade que uma zona ou setor da U.C. é capaz de suportar mantendo as características e possibilidades de alcançar os objetivos previstos: "... zoneamento é um instrumento de manejo que apóia (**sic**) a administração na definição das atividades que podem ser desenvolvidas em cada setor, orienta as formas de uso das diversas áreas ou mesmo proíbe determinadas atividades por falta de zonas apropriadas."²²

A capacidade de carga varia de acordo com alguns fatores, atitudes, objetivos e práticas de manejo, valores e expectativas dos visitantes, tipos de atividades, facilidades e capacidade dos recursos físicos para resistir aos vários usos.

Esta estimativa de capacidade de carga deverá ser vista em termos ecológicos e estéticos. Capacidade de carga é definida para Milano como o nível ótimo (máximo) aceitável de uso que uma área pode receber com alto nível de satisfação para os usuários (visitantes, pesquisadores, funcionários) e mínimo efeitos negativos sobre os recursos.²³

²¹ SILVA, 1996, p. 127-128, **grifo nosso**.

²² MILANO, 1993, p. 45.

²³ MILANO, 1993, p. 45.

Dentro do plano de manejo temos os programas que definem e prevêm as atividades a serem desenvolvidas, e visa cumprir os objetivos definitivos de cada zona, e estabelece as normas e diretrizes para o desenvolvimento de todos os projetos da U.C..²⁴

Para um melhor controle e coordenação são divididos em sub-programas. E temos os seguintes sub-programas;

- Programa de manejo do meio ambiente
 - Investigação ou pesquisa
 - Manejo dos recursos
 - Monitoramento
 - Proteção
- Programa de uso público
 - Educação ou informação
 - Interpretação
 - Recreação
 - Relações públicas e extensão
 - Turismo
- Programa de Operações
 - Administrativos
 - Manutenção
 - Regularização fundiária
- Programa de integração ao entorno
 - Conscientização ambiental
 - Controle ambiental
 - Cooperação institucional²⁵

O plano de manejo consiste em programas, sub-programas e projetos eles definem as diretrizes administrativas para as U.C. assim administrar uma U.C. consiste em conduzir de uma forma integrada as inter-relações homem natureza para atingir os objetivos das U.C. e contribuir no desenvolvimento da região.

Assim cada U.C. deverá possuir um plano de manejo adequado para sua categoria, bem como uma forma de ensino voltada à questão do Meio Ambiente (Educação Ambiental), que atenda as suas especificidades; os parques por exemplo

²⁴ MILANO, 1993, p. 42.

²⁵ Fonte: SILVA, *Ecologia manejo de áreas silvestres*, 1996

tratam de maneira igual a questão de preservação, educação, recreação e pesquisa, a Reserva biológica a questão da preservação e pesquisa.

1.2 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com a educação ambiental teve início após os diversos desastres ecológicos que ocorreram no passado e, motivaram a opinião pública e os grupos ambientalistas a se preocuparem com esse assunto: medidas para a preservação e conservação dos ambientes naturais, explorados ou não. A partir de da década de 60 ocorreram então diversos movimentos sociais e debates internacionais significativos que variavam desde a questão da preservação até a preocupação com o futuro do planeta.

A Educação Ambiental surge como uma necessidade diante da grande quantidade de problemas que existem no nosso ambiente, tanto natural como agrícola ou urbano.

Assim é que destacam-se, dos debates e movimentos internacionais, o debate de 1972 em Estocolmo sobre a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano”; em 1975, inicia-se o “Programa Internacional de Educação Ambiental (UNESCO – PNUMA), com o seminário de Belgrado onde se define com maior precisão os conceitos básicos da Educação Ambiental; em 1977, acontece a “Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi – Geórgia (ex-URSS); e em 1992, a “Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizada pela ONU no Rio de Janeiro.

Desta forma, diversos países definiram, cada um à sua maneira, o processo da Educação Ambiental:

A Educação Ambiental se define na Venezuela como o processo que possibilita a formação de um homem capaz de compreender a complexidade produzida no ambiente através da interação de seus componentes naturais e socioculturais, uma vez que lhe é permitido ser crítico, emitir juízos de valor e

adotar normas de comportamento conforme estes juízos; ademais, se entende como a realização de um conjunto de atividades integradas em um processo sistemático e permanente, (...), dirigidas a promover trocas de comportamento em todos os setores da população, que evidenciam a adoção de novos valores orientados fazendo a conservação, defesa e melhoramento do ambiente cuja principal finalidade seja, melhorar de forma constante as condições de vida das gerações atuais e futuras.²⁶

Os fundamentos teóricos que compõem o currículo de Educação Ambiental foram extraídos das seguintes fontes: União Mundial para a Conservação da Natureza e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, ECO 92).

A Educação Ambiental busca trabalhar a qualidade de vida do homem minimizando a exploração dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade do planeta, com atitudes e atos pessoais visando estes itens. As comunidades passaram a ter maiores responsabilidades e cuidados com seus próprios ambientes dentro de uma integração de desenvolvimento ecológico, econômico e social das comunidades. Este quadro trata do desenvolvimento sustentável de uma comunidade, país ou até mesmo do próprio planeta. Assim a Educação Ambiental serve para tratar da relação homem/meio ambiente sendo um processo contínuo e permanente na escola e fora dela, tendo também um enfoque interdisciplinar.

Diante disto a Educação Ambiental trata de problemas ambientais atuais e futuros tendo uma participação ativa na prevenção e resolução destes, com isso contribui efetivamente na formação de um cidadão ativo, participativo, cooperativo e

²⁶ *La Educación Ambiental se define en Venezuela como el proceso que posibilita la formación de un hombre capaz de comprender la complejidad producida en el ambiente por la interacción de sus componentes naturales y socio-culturales, a la vez que le permite ser crítico, emitir juicios de valor y adoptar normas de comportamiento cónsonas con estos juicios; además, se entiende como la realización de un conjunto de actividades integradas en un proceso sistemático y permanente, (...), dirigidas a promover cambios de comportamiento en todos los sectores de la población, que evidencian la adopción de nuevos valores orientados hacia la conservación, defensa y mejoramiento del ambiente cuya finalidad última sea, mejorar en forma constante las condiciones de vida de las generaciones actuales y futuras (MARN, 1991 apud. PLANCHART, Isbella Martín de. Carpeta de Educación Ambiental para docentes de Educación Básica . Caracas: CENAMEC. 1996 – tradução livre).*

formador de idéias, e sobretudo, ciente do seu papel dentro desta relação homem/meio ambiente.

Deste modo, para que haja uma exploração sadia do homem em relação à natureza – na forma de lazer, turismo e recreação – faz-se mister a Educação Ambiental cujos objetivos são:

1. Despertar no indivíduo o interesse pelas questões ambientais;
2. Capacitar o indivíduo para o pleno exercício de cidadania;
3. Transmitir conhecimentos sobre a interdependência dos elementos da natureza;
4. Aumentar o número de pessoas capazes de uma análise multiplicadora da natureza através da capacitação profissional;
5. Modificar o comportamento do público geral frente as questões ambientais, formando um espírito motivado para a participação e ação.

Ao pensar em uma proposta sobre a educação ambiental é importante a projeção do trabalho aberto e interativo, onde todos que acreditam na capacidade do homem de mudar o rumo da história, possam participar do projeto de despertar, criar, descobrir, redescobrir-se, buscando a socialização do saber e uma melhor qualidade de vida, humanizando-se cada vez mais.²⁷

1.3 RELAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TURISMO

Sabe-se que os programas de manejo englobam atividades afins que tem por objetivo a Racionalização das ações para o adequado funcionamento da unidade de conservação.²⁸

²⁷ OLIVEIRA, Vera Lucia B. de. Oficina de Educação Ambiental. Londrina, [s.d.].

²⁸ IBAMA, 1994, apud SILVA, 1996.

Dentro do Programa de uso público – já que a Unidade de Conservação oferece atendimento ao público – temos os seguintes sub-programas:

- sub-programas de educação ou informação;
- sub-programas de interpretação;
- sub-programas de recreação;
- sub-programas de turismo.

Através do sub-programa de educação ou informação, a administração fornece informações e orientações aos visitantes em diferentes níveis. O sub-programa de recreação será melhor tratado no capítulo seguinte. O sub-programa de Relações Públicas e extensão, tem como objetivo: “... levar o parque até as pessoas”.²⁹

Já o sub-programa de turismo não poderá esquecer, ou confundir, os objetivos eminentemente conservacionistas e científicos destas áreas, para evitar conflitos de objetivos temos a sugestão de que as atividades de apoio ao turismo se localizem fora dos parques.

Para exemplificar alguns dentre tantos objetivos possíveis de se alcançar em um parque nacional, seguem (...):

- A) incentivar a visitação de turistas nacionais e estrangeiros ao parque;
- B) promover um melhor entrosamento entre o parque e as empresas de turismo;
- C) integrar o parque com os planos de médio e longo prazo dos órgãos de camping e turismo;
- D) orientar o turismo dentro do parque.³⁰

A relação turismo e meio ambiente é incontestável, visto que o meio ambiente é a base do turismo, o contato com a natureza constitui atualmente uma das maiores motivações de viagens. O que o Turista irá “buscar” no contato com a natureza preservada é a “fuga” dos ambientes urbanos e poluídos o que caracteriza o compromisso da atividade turística com a conservação da biodiversidade, considerada “... o recurso global composto pela variedade e variabilidade de todas

²⁹ IBAMA, 1994, apud SILVA, 1996, p. 139.

³⁰ SILVA, 1996, p. 142.

as formas de vida no planeta Terra, sejam elas de ocorrência natural ou domesticadas pelo homem”.³¹

Nota-se que a relação turismo e meio ambiente caracteriza-se como uma relação complexa, onde o impacto do turismo sobre o meio ambiente foi reconhecido a muito tempo, sem que houvesse qualquer ação, talvez por falta de conhecimento da complexidade desta relação, ou outro fator. O que não se pode omitir foi a falta de coordenação entre a política de desenvolvimento e a ambiental.³² Pois até então a política ambiental foi dirigida para questões específicas como poluição das águas, do ar ..., vinha se desenvolvendo sem que ocorresse uma ligação com a política de desenvolvimento.

O aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável do turismo “... aquele que atende as necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”³³, marca essa mudança de perspectiva, tem-se um enfoque no esforço para associar a proteção ambiental às políticas de desenvolvimento do turismo.³⁴

Diante disto as U.C. devem possuir planos de manejo levando em conta o zoneamento e os programas de manejo para áreas de interesse turístico, e as categorias de acordo com seus objetivos básicos do manejo, que se enquadram no desenvolvimento de atividades turísticas, são: os parques, os monumentos naturais, as reservas de fauna, as áreas de proteção ambiental APA e as florestas.

Sabe-se que não são todas as U.C. que terão características para serem utilizadas no turismo. É necessário ter uma infra-estrutura, facilidades de transportes e hotéis para suportar este novo crescimento que o turismo trará não esquecendo-se das modificações culturais e econômicas que ocorrerão nas localidades da U.C..

³¹ IBUSP 1991b, apud RUSCHMANN. *Turismo e planejamento sustentável*. Proteção do meio ambiente. 1997, p. 75.

³² BENI, Mário Carlos. *Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo*. In: *Turismo em Análise*, vol. 10, n.º 1, maio de 1999, p. 11.

³³ WORLD COMMISSION ..., 1987 apud RUSCHMANN, 1997, p. 10.

³⁴ BENI, 1999, p. 11-12.

Com isso o turismo poderá vir a ser a alternativa para a região onde está inserida a U.C., e entrar no desenvolvimento regional, pois exercem forte atração no público em geral, trazendo impactos nas áreas vizinhas a elas, criando uma tendência nestas áreas a abertura de novos locais para a recreação, mas, após alguns anos, há estagnação natural do número de visitantes, o que pode levar à estagnação também da economia local.

A importância do turismo na economia e desenvolvimento de uma localidade, região e país é muito comum nos dias atuais, pois suas ações resultam na geração de empregos diretos e indiretos, aumento de renda, melhoria da infraestrutura e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida.

Falar de turismo sustentável dá margem à interpretação de duas formas: uma econômica, e a outra ecológica, acentuando a necessidade de *turismo ecologicamente sustentável* a uma abordagem em que a prioridade é dada à proteção dos recursos e ecossistemas naturais.³⁵

O que se nota dentro dos estudos elaborados com relação ao turismo e desenvolvimento sustentável é que parece haver margem muito ampla de interpretações e perspectivas.

Percebe-se que Turismo, Desenvolvimento Regional e a proteção do ambiente podem evoluir paralelamente, assim deve-se manter um equilíbrio sustentável entre as atividades de turismo e o desenvolvimento e conservação dos valores naturais e culturais.

As mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento do turismo e a recreação em U.C. faz-se sentir no meio ambiente e no meio sociocultural, tanto local como regional. Budowski sugere três diferentes relações entre turismo e Unidade de Conservação:

- o *conflito*, em que o turismo é destrutivo à natureza;
- a *coexistência*, em que há pouco contato;

³⁵ BENI, 1999, p. 11-12.

- a *simbiose*, em que os interesses de ambos beneficiam a relação.³⁶

Utiliza-se atualmente a classificação Turismo de Qualidade que pode tornar-se economicamente viável, desde que se associe à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes.³⁷ Que tem a necessidade de um contato com uma natureza intacta e protegida, tomando-se um argumento comercial importante.

A construção de uma vida com qualidade se faz pelo conjunto de ações dos diversos setores que compõem a sociedade; Estado, Empresários e Cívicos que estabelecem parcerias para alcançar os objetivos, sem se esquecer dos impactos do turismo no meio ambiente, nas comunidades locais, na economia local, regional e a participação da comunidade juntamente aos outros setores da sociedade que servirão de base sólida para o planejamento turístico municipal.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Estado tem as seguintes responsabilidades: "... assegurar o direito ao lazer e às férias para a população, preparar os cidadãos para o turismo, assegurar o desenvolvimento econômico por meio do turismo, assegurar o desenvolvimento sociocultural por meio do turismo, salvaguardar e proteger a natureza".³⁸

E dentro das U.C. é de responsabilidade da iniciativa pública a preservação e pesquisa das características naturais da unidade estabelecendo parceria com a iniciativa privada na prestação dos seguintes serviços turísticos: sinalização, transportes, áreas de alimentação, alojamento e até em alguns casos, obras da infra-estrutura turística. Pois o objetivo do governo é torná-las auto-suficientes e dotadas de padrão de qualidade internacional, visto que, representam um enorme potencial turístico em muitos casos pouco explorado.

³⁶ BUDOWSKI, 1976, apud SCHIAVETTI, Alexandre & FORESTI, Celina. "Turismo em unidades de conservação: Parques Estaduais de Campos do Jordão". In: *Turismo em Análise*. V. 10 n.º 1 maio de 1999, p. 50.

³⁷ RUSCHMANN, 1997, p. 27.

³⁸ OMT 1983, p. 23, apud RUSCHMANN, id., 1997, p. 28.

Para que ocorra o equilíbrio sustentável entre as atividades de turismo e o desenvolvimento e conservação dos valores naturais, deverá ser trabalhado fortemente dentro das U.C. a educação para o turismo, pois esta envolve necessariamente a educação ambiental, com o objetivo de conscientizar "... a humanidade sobre sua estreita relação com o meio ambiente, a fim de desenvolver os valores e a justiça social e atuar (também nas férias) de maneira a evitar ou corrigir problemas ambientais."³⁹ Há diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, que é conceituado como sendo:

... um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, [que] incentiva sua conservação e busca [à] formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.⁴⁰

Os impactos do turismo em relação aos aspectos ambientais serão os seguintes:

[Os impactos positivos:] Aumento da consciência do meio ambiente, conservação de áreas importantes, de lugares históricos, arqueológicos e do patrimônio arquitetônico local; melhora da qualidade do meio ambiente e da infra-estrutura; (...) [os impactos negativos serão:] poluição da água, ar, solos, sonoro e visual; problemas de saneamento básico; degradação ecológica; problemas de uso do solo; danos a sítios históricos/arqueológicos;⁴¹

A consciência dos impactos do turismo e da importância da participação da comunidade servirão como base sólida para o planejamento turístico municipal. Assim, o planejamento das áreas naturais com o objetivo de minimizar os impactos da recreação, utilizando para isso ferramentas como o SGI – Sistema de Informações Geográficas – utilizado para definir padrões das diversas variáveis, tanto físicas como biológicas, irão propor um melhor zoneamento recreativo dos ambientes de preservação. A partir deste controle pode-se prever as conseqüências

³⁹ UNESCO – WEP , 1985 apud RUSCHMANN, 1997, p. 75.

⁴⁰ EMBRATUR, apud NIEFER & SILVA, "Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável". IN: *Cadernos da Biodiversidade*. V. 2, n.º 1, julho de 1999, p. 55.

que a relação lazer e turismo, inadvertidamente, poderão provocar nas Unidade de Conservação.

Entretanto, baseado nos dados colhidos sobre a Unidade de Conservação, percebeu-se que o Parque Arthur Thomas, objeto deste estudo, não apresentou até o momento da conclusão deste trabalho, o seu plano de manejo – uma das características que poderia classificá-lo como um “parque” – , conforme o decreto n.º 84.017, anteriormente citado.

Houve portanto a necessidade de definir o que é atividade de lazer e recreação, com seus respectivos espaços e campos de atuação, já que os parques em geral possuem essas atividades preparadas para os visitantes que os utilizam. Sendo assim, também devem ser revistos e definidos com relação ao Parque Arthur Thomas.

⁴¹ ALVES, Marcos Cruz. “Conscientização Turística em Antonina, Paraná”. IN: *Turismo em Análise*, vol. 10, n.º 1, maio de 1999, p. 78.

II – LAZER E RECREAÇÃO

A relação que o homem mantém com a natureza está além da satisfação de suas necessidades de alimento, moradia e sobrevivência, a natureza é um ambiente propício para o homem restaurar suas energias físicas e psicológicas no contato com o verde.

Segundo o Código Florestal Lei n.º 4.771 de 15/09/1965, art. 5º parágrafo único: "... é facultado ao Poder Público a criação de Parques Nacionais, Estaduais, Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais recreativos e científicos."⁴² Assim os parques tornam-se o espaço ideal para essa relação entre o homem e a natureza.

Entretanto, torna-se necessário conceituar lazer e recreação para se entender o porquê da criação desses espaços, e a maneira como ocorre sua utilização na relação.

1. LAZER E RECREAÇÃO – CONCEITOS

Nos tempos modernos a concepção de lazer vem da oposição ao trabalho, os homens dedicam o seu tempo ao trabalho que é valorizado, e o lazer é relativo ao tempo disponível que o homem tem para fazer o que lhe agrada livre de qualquer obrigação.

A divisão do tempo do homem de acordo com sua produção é fruto da sociedade industrial moderna, tem o tempo do homem dividido em: tempo de trabalho – o tempo usado para sua produção; tempo de necessidades básicas vitais – dormir, comer, higiene, ou seja, as necessidades sem as quais o ser humano não

⁴² Lei n.º 4.771, art. 5º, parágrafo único do Código Florestal.

vive; tempo livre – o que lhe resta após cumprir os dois citados acima, e é dentro do tempo livre que o homem tem seu lazer.

Observa-se entre os autores que se dedicam ao estudo do lazer não existir uma conceituação padronizada sendo assim existem dois enfoques; um que enfatiza o tempo e o outro a atitude, estilo de vida. O lazer como atitude é caracterizado pela relação sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade.

Quanto ao conceito que restringe o lazer a um tempo determinado, sabe-se que uma mesma pessoa pode num certo período de tempo desenvolver mais de uma atividade, e não esquecer que tempo algum pode ser considerado livre de qualquer tipo de coações ou normas de conduta social, o autor, Marcelino sugere falar de tempo disponível, ao invés de tempo livre.⁴³

No Brasil, a grande maioria dos estudos sobre lazer, seja qual for o enfoque ou área de atuação (sociologia, educação física, arquitetura, etc.) tem como referências, o de conceito lazer como “... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” conceito defendido por Dumazedier.⁴⁴

Para a relação entre o homem e a natureza ser equilibrada, deve-se levar em conta que trata-se de um direito a ser exercido por sua livre e espontânea vontade, como afirma Marcelino ao citar o autor Requixa: “[Requixa] define lazer como (...) ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.⁴⁵ Assim também trata Medeiros ao afirmar que: “... o lazer é o espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já

⁴³ MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. 2ª ed., 1990, p. 29.

⁴⁴ DUMAZEDIER apud MARCELLINO, 1990, p 30.

⁴⁵ REQUIXA apud MARCELINO, 1990, p. 30.

cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida”⁴⁶. Destaca como função do lazer o repouso, a diversão e o desenvolvimento pessoal.

O próprio Marcelino apresenta a definição para Lazer/Cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou desfrutada) no tempo disponível. “A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade pratica ou contemplativa. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação.”⁴⁷

Apesar da polêmica sobre o conceito, a tendência vista entre os estudiosos nos dias atuais é tratar o assunto em vista dos dois aspectos, tempo e atitude. Por ter sido incorporado ao vocabulário recentemente, dentro do senso comum, tende-se a associá-lo em maior ênfase ao descanso e ao divertimento. As atividades de lazer tornaram-se distrações atraentes muitas vezes criadas com objetivos comerciais e dentro da lógica do capitalismo de lucro imediato.

Segundo Corbin o lazer sugere recreação, momento no qual o espírito humano busca a diversão, a alegria, o entretenimento, para poder restaurar, recriar, rejuvenescer, investir com vigor e, ou recuperar-se física, mental e espiritualmente.⁴⁸ Por outro lado, para Medeiros “... a recreação é a necessidade básica do homem de encontrar satisfação íntima em atividades de Lazer, sem visar a outro fim que não a alegria da própria execução”.⁴⁹

Já para Cavallari, a recreação “... é o fato, ou o momento, ou a circunstância que o indivíduo escolhe espontânea e deliberadamente, através do qual ele satisfaz (sacia) seus anseios voltados ao seu lazer”.⁵⁰

A recreação poderá ser dividida segundo as fases da vida humana e denominadas com as seguintes finalidades: pedagógicas; infância e adolescência; formativa na juventude, com vários benefícios dentre os quais reafirma os bons

⁴⁶ MEDEIROS apud MARCELINO, 1990.

⁴⁷ MARCELINO, 1990, p 31.

⁴⁸ CORBIN apud GAELZER, Lenea. *Lazer: benção ou maldição*. 1979, p. 57.

⁴⁹ MEDEIROS apud GAELZER, 1979, p 58.

⁵⁰ CAVALLARI, Vínicius Ricardo. & ZACHARIAS, Vany. *Trabalhando com recreação*. 1994, p. 15.

hábitos adquiridos nas fases anteriores, e torna-se elemento integrador e de união além de promover o desenvolvimento cultural; compensadores da idade madura, cujos benefícios podem ser criar estímulos novos às atividades criadoras que conduzem o ser humano a novas conquistas na área da beleza, arte e da cultura.

Segundo Gaelzer, os objetivos da recreação com relação ao cidadão envolvem viver em liberdade, manter saúde integral, educar para o tempo livre, formar personalidade e adaptação social, e promover liderança.⁵¹

A Recreação e o Lazer estão inseridas na qualidade de vida do homem e da comunidade, proporcionando ao homem um efeito de equilíbrio a sua personalidade.

2. OS ESPAÇOS PARA O LAZER E RECREAÇÃO

De acordo com as definições de áreas de lazer, de parques nacionais, estaduais e municipais, nota-se que dentro deste estudo é a definição de parques que atende aos objetivos propostos e que se enquadram no objeto deste trabalho.

Áreas de Lazer

São aquelas em que não há finalidade de preservação de nenhum ecossistema específico, destinando-se eminentemente à recreação.

Ainda que legalmente instituídas, são expressamente excluídas dos benefícios relativos à distribuição do ICMS, nos termos do parágrafo 3º do Decreto 974/91.⁵²

Artigo 14 – Os Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais se destinam a preservar áreas naturais ou pouco alteradas, abrangendo paisagens, ecossistemas e/ou sítios geológicos de grande interesse para atividades científicas, educacionais e recreativas, de lazer, realizadas em obediência a Planos de Manejo.

Parágrafo Único – Enquanto não for elaborado o Plano de Manejo da Unidade, poderão ser autorizadas as atividades

⁵¹ GAELZER, 1979, p. 60.

⁵² Anexo I da Portaria 134/97 do IAP, grifo nosso.

previstas neste artigo, segundo regulamentação elaborada pelo órgão competente.⁵³

Diante da urbanização crescente que surgiu com a Revolução Industrial ocasionando mudanças profundas nas relações entre o campo e a cidade, cria-se o ambiente urbano com forma, estilo e valores específicos. Torna-se necessário estabelecer espaços para o trabalho, para a habitação, para a educação, a circulação e o lazer diante da urbanização e industrialização da sociedade moderna.

O lazer relacionado com atividades realizadas no tempo livre irá ocasionar alterações na estrutura do meio urbano, modificações no tipo de construção, na ocupação de áreas urbanas, e na categoria dos serviços de transporte disponíveis, fazendo com que as cidades comecem a proporcionar ou planejar áreas de lazer. Isto caracteriza a influência e a interação entre lazer, urbanização, industrialização, e a comunicação de massas.⁵⁴

Primeiramente vejamos de onde surgiu o conceito de Parque. Sabe-se que é uma idéia recente, e que surgiu com a revolução Industrial no século XIX, quando as famílias deixaram suas propriedades e foram se instalar em vilas operárias próximas as fábricas para atender à crescente necessidade de mão-de-obra. Tudo isso ocorreu sem a preocupação com o planejamento, e tampouco a questão da qualidade de vida foi observada, resultando desta situação em pouco tempo, um ambiente com alto índice de mortalidade infantil e epidemias freqüentes. A população exigia uma atitude das autoridades, e o temor de uma reação popular deu início aos planos para resolver tais questões. E mais uma vez a natureza se presta ao papel de salvadora já que o seu uso era um dos métodos mais rápidos e baratos, surgindo então locais onde a população podia ter um conforto psicológico e físico – seu espaço de Lazer – logo está idéia começou a ser seguida em outros locais do mundo.⁵⁵

O crescimento das cidades brasileiras é recente e caracteriza-se pela aceleração e imediatismo, transformando o espaço urbano num bem econômico,

⁵³ SILVA, 1996, p. 73.

⁵⁴ BACAL, Sarah. *Lazer, Teoria e Pesquisa*. 1988, p. 55.

⁵⁵ PACHENSKY, Mariza. *Parque Arthur Thomas: algumas considerações*. [s.a.], passim.

com a valorização vertiginosa das áreas centrais incentivando o crescimento vertical e inviabilizando a construção de equipamentos públicos para o lazer.

Dentro da sociedade capitalista com o espaço caracterizado como um bem econômico, o que se observa é que os equipamentos urbanos para o lazer são concebidos como mercadorias e assumidos pela iniciativa privada. Para atender esta demanda tomam para si a incumbência de criar e manter cinemas, bares, teatros, e os meios de comunicação de massa, TV e rádio, com objetivo de lucro.

Em consequência da explosão demográfica e da grande aceleração urbana, ocorre um afastamento das camadas mais baixas para regiões suburbanas, carentes de serviços básicos e de equipamentos sociais, além disso, nos centros urbanos surge a necessidade de concentração de recursos de infra-estrutura, e de alternativas de circulação para facilitar as dificuldade de acesso, e conseqüente diminuição da qualidade de vida, e escassez de espaços livres e de áreas verdes.

Estes recursos deverão ser ordenados em equipamentos propícios para o Lazer diário, de fim de semana, e para o lazer de férias. Para o lazer diário tem os microequipamentos como por exemplo os centro infantis, cineclubes, ateliês de artesanato, que oferecem atividades específicas a um público específico, localizados próximos a residências ou ao trabalho, e que não exigem grandes áreas para implantar sendo são adaptáveis aos espaços já existentes. Além destes existem os de uso diário, mas numa dimensão maior, e exigindo assim uma criação e implantação mais elaborada. No lazer de fim de semana há necessidade dos macroequipamentos que devem ser racionalmente distribuídos nos espaços urbanos, para facilitar o acesso à população. Suas características principais são o verde e a natureza, procurando ressaltar a importância da preservação das áreas livres e sobretudo das áreas verdes. Por se contraporem ao artificialismo e ao acentuado sedentarismo da vida urbana tem aumentado significativamente sua importância no mundo urbano, representando pelo contato com a natureza, um momento compensatório.⁵⁶

⁵⁶ REQUIXA, Renato. *Sugestão de Diretrizes para uma política nacional de Lazer*. 1980, p. 78.

Mas não temos somente equipamentos urbanos de fim de semana, é considerável o número de moradores da cidade que buscam nos espaços extra urbanos o momento de lazer, estes espaços servem para o lazer de férias.

O poder público cria os parques, jardins, bibliotecas, centros culturais, desportivos, teatros, que assumem significativa importância para o homem urbano carente de contato com o meio natural e que são mantidos pelo Estado que não poderá esquecer da sua preservação e conservação atentando-se para o fato de que maneja com recursos de caráter finito e algumas vezes insubstituível.

Cabe ao Estado então proporcionar e planejar áreas de lazer, e normatizar a prestação de serviços nesta área, adequando-se às necessidades e características de cada região onde insere-se o espaço de lazer e de recreação.⁵⁷

2.1. PARQUES DE LAZER E RECREAÇÃO

Sabe-se que nos centros urbanos o lazer envolve dois pontos importantes: a criação de espaços propícios e o recurso humano especializado e profissional para trabalhar com a população (de todas as idades e diversificados interesses).

Para a criação de um parque de lazer deve-se ter claro a necessidade e respeito as condições locais e os interesses dos seus futuros usuários, justificando a sua criação pela crescente urbanização, falta de áreas verdes destinadas ao lazer e atividades físicas e a substituição de uma vida ativa por um sedentarismo urbano causador dos problemas de saúde.

Como objetivo principal de um parque de lazer é o seu uso pela população, dentre outros, tais como:

⁵⁷ BRAMANTE, Antonio Carlos. "Políticas públicas para o Lazer: o envolvimento de diferentes setores". IN: *O lúdico e as políticas públicas: realidades e perspectivas*. 1979, p. 14.

- oferecer à população um Parque aberto a todas as faixas etárias, de ambos os sexos, para o indivíduo e para grupos (famílias, vizinhos, amigos, colegas, etc.) de um bairro ou uma quadra;
- oportunizar a utilização regular de um ambiente ao ar livre, que produza a sensação de bem-estar;
- estimular as diferentes formas de movimento, de atividades físicas, de jogos, de recreação, de lazer e de recuperação;
- oferecer um local com muita natureza, com instalações e aparelhos simples, de baixo custo, preferindo material natural e reciclável;
- oferecer um parque com a participação e a identificação dos usuários no campo de planejamento, de organização e de manutenção;
- dinamizar a vida comunitária, através da integração social dos seus usuários, oportunizando o desenvolvimento de um Centro Comunitário de um bairro e/ou quadra.⁵⁸

Seu planejamento ocorre com a colaboração de diferentes especialistas inclusive com a ajuda do corpo científico. Quanto a sua função é um sistema educacional para crianças e adultos no desenvolvimento de autonomia, criatividade e sociabilidade, não sendo unicamente, uma compensação ou uma possibilidade da eliminação das frustrações da vida normal.

Um parque de lazer possui diversas características como por exemplo uma larga extensão, com prevalência do verde e amplitude de áreas livres, com grande porções de espaços possibilitadores da prática de diversas atividades, um arranjo paisagístico agradável, de fácil acesso, tornando-se uma opção de lazer para a população.⁵⁹

Nos parques o programa de lazer deve se preocupar com a educação da população sobre a importância da preservação do meio ambiente, e sabe-se que a interação espaço/físico e espaço/humano é fundamental quando considerados como agentes naturais do processo educativo. Para com isso desenvolver atividades educativas utilizando uma metodologia que "... explore a informalidade e a espontaneidade do processo educativo (...) essa metodologia sensibiliza não só o

⁵⁸ DIECKERT, Jürgen. *Parque de Lazer e de esporte para todos*. 1983, p. 32.

⁵⁹ COMUNIDADE ESPORTIVA, "Lazer de Corpo e arte". 1982, ano 3, n.º 18, p. 20.

educando como também o educador a explorar mais o meio ambiente e a superar a falsa dicotomia hora-de-estudo e hora-de-lazer”.⁶⁰

É claro que dentro da área de lazer e recreação não é possível esgotar o assunto com algumas propostas, pois trata-se de um campo amplo que permite várias formas de trabalho, tendo espaço para que cada setor da comunidade (pública, privada, civil) dentro da sua esfera possa dar sua contribuição, e que a melhoria da qualidade de vida da comunidade seja um dos objetivos a se alcançar.

3. RELAÇÃO LAZER E TURISMO

Para estabelecer a relação entre turismo e lazer pode-se utilizar um conceito mais abrangente sobre o turismo que é “Turismo não é um produto, bem ou serviço e sim uma atitude frente às possibilidades de utilização do tempo livre. O turismo só existe quando são dados os elementos que o compõem – natureza, cultura, hospedagem, transportes, etc. – uso turístico”.⁶¹

Quando se utiliza o termo “tempo livre”, refere-se ao tempo que o indivíduo tem para usar como quiser, e, por conseguinte, tem-se notado que nas sociedades modernas esse tempo livre foi sendo ampliado, o que provoca um grande desenvolvimento das atividades do lazer, entre elas o turismo.

É constatado que, para atender este aumento das atividades de lazer, surgem equipamentos e serviços tornando o lazer um bem de consumo com um mercado propício, neste contexto o turismo entra como uma das opções.

A colocação do turismo e do lazer na vida do homem dependerá da sua motivação e outros fatores, usando a escala de MASLOW, observamos que o turismo estará nas necessidades sociais (afetivas e de estima) ou necessidades psíquicas (autodesenvolvimento e auto realização).

⁶⁰ SESC/SP, 1976, apud BRAMANTE. “O programa Lazer”. IN: *Comunidade Esportiva*. 1980, p. 19.

⁶¹ MOLINA e ABITIA apud IGNARRA, op. cit., anexo I, p. 47).

O turismo, portanto, é uma forma de recreação, sendo um dos objetivos essenciais para o manejo da área, sendo incluso no sub-programa de recreação, não podendo entrar em conflito com os outros objetivos de manejo. Ressalta-se conhecer a demanda de visitantes para as atividades no parque e assim adequar a infra-estrutura e equipamentos necessários como trilhas, estacionamento, sinalizações, parques infantis, sanitários, lixeiras, bancos e outros.⁶²

No início citamos o porquê de se criar parques, no turismo qualifica-se parques como "... áreas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente em níveis federal, estadual, ou municipal e submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo. Destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos."⁶³

Os parques em geral, dentro da classificação do turismo, estão catalogados como atrativos turísticos naturais, e são assim descritos como "... todo lugar ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhece-los (**sic**) e naturais por sua localização no espaço físico geográfico ..."⁶⁴ constituindo o que se convencionou chamar de paisagem, na qual não houve a intervenção do homem, ainda que este possa, a qualquer momento, vir a modificá-la. São indicados por seus valores qualitativos, para uso no Turismo. Suas características relevantes são: área, vegetação (área ocupada por tipo), fauna, locais e percursos com interesse de visitação, além de locais de observação de fauna e flora, e horário de visitação.

Na relação entre turismo e lazer vamos encontrar duas tendências interessantes: enquanto uma coloca o lazer como elemento dinâmico do desenvolvimento cultural, desempenhando funções essenciais nas estruturas físicas e psíquicas dos indivíduos, como um exercício de liberdade,⁶⁵ a outra considera como um fato alienante e de desagregação social, por tratar o lazer "... como mercadoria de alto consumo e propiciadora de lucros".⁶⁶

⁶² SILVA, 1996, *passim*.

⁶³ BENI, 1999, p. 275.

⁶⁴ BENI, 1999, p. 253.

⁶⁵ PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do turismo*. 1995, p. 36.

⁶⁶ PAIVA, Maria das Graças de Menezes V., 1995, p. 36.

Atualmente há uma tendência que tem-se observado com relação ao turismo, contextualizado dentro de uma perspectiva que parte da noção de tempo livre e, aproveitamento deste para auto realização e enriquecimento pessoal. Pautada no respeito à ecologia, as populações nativas reformulam-no como um processo harmonioso, auto determinado e participativo.⁶⁷

No que concerne ao número de viagens migratórias e profissionais em comparação com as de lazer, cultura e ciência, percebeu-se que no Brasil "... o turismo é restringido pelo baixo poder aquisitivo da população em contraste com o alto custo do transporte, do vestuário, da alimentação da hospedagem e dos próprios serviços públicos".⁶⁸

Dentro da concepção de tempo livre do indivíduo moderno, percebe-se que é nítida a interferência de vários fatores neste tempo livre do trabalhador, entre eles o aumento do seus desejos ao ser estimulado pelos meios de comunicação que o obrigam a aumentar a jornada de trabalho para obter maior renda; o próprio lazer é constituído por atividades que exigem maior poder aquisitivo, principalmente no que se refere ao turismo, para a própria satisfação.⁶⁹

Conclui-se que, turismo requer tempo e dinheiro diante de uma realidade em que, grande parcela da sociedade, sobrevivem com subempregos e jornadas de trabalhos irregulares, num piso de dois salários mínimos, onde a prioridade é dada às necessidades básicas de alimentação, habitação, e transporte, deixando o lazer como necessidade fora de opção, confirmando que, se trata de uma mercadoria de alto consumo e luxo.⁷⁰

Por suas características naturais e socioculturais, o Brasil se classifica como uma região receptora de pessoas que buscam o lazer turístico, e já que os recursos e belezas naturais são atrativos por si mesmos, os serviços, a organização ou sua oferta sendo artificiais, possui dividendos adicionais que não dispensam os permanentes cuidados de atualização para enfrentar a concorrência de outros

⁶⁷ PAIVA, Maria das Graças de Menezes V., 1995, p. 37.

⁶⁸ ANDRADE, J. V. *Fundamentos e dimensões do turismo*. 1997, p. 23.

⁶⁹ BACAL, 1988, p. 72.

⁷⁰ PAIVA, 1995, p. 38.

países, e satisfazer a demanda, pois esta costuma compensar a situação de um país com grande índice de desemprego.⁷¹

Assim é função do poder público municipal viabilizar o lazer da população local conforme mostra Ignarra:

g) Turismo Social e Recreação – A viabilização do lazer da população local, notadamente daquela situada em faixas de renda menos elevadas é, também uma função do poder público municipal. Quando o município possui outros órgãos especializados na área de recreação ao órgão de turismo compete apenas organizar a população de baixa renda para algumas opções de turismo mais barato (albergues da juventude, colônias de férias, terminais de turismo popular, clubes da terceira idade, etc.).⁷²

Os estudos revelam que nos últimos trinta anos o setor de lazer no Brasil como um todo dentro do poder público, foi um conjunto de ações desintegradas e descontínuas, o que aliando a isto a passividade da população frente as ações do poder público para o setor, “... redundam em frágeis políticas de lazer tanto no nível federal, como no estadual e no municipal”.⁷³

Ao se criar um movimento de turismo social, descobriu-se que:

... tinha um significado altruísta. Pertence a um entre vários esforços que surgiram nos países de capitalismo avançado e que, criticando o sistema e suas contradições, procuram rever a natureza educativa das viagens, propondo inclusive equipamentos apropriados, (...), integrados à paisagem, e visava a conscientização dos artesãos quanto aos riscos de produção em grande escala e até propunha interferir nos custos das viagens ...⁷⁴

Para que os estratos menos favorecidos da sociedade tenham acesso ao lazer de férias, os equipamentos devem ser destinados às repartições do turismo social, como as colônias de férias, os campings e congêneres.

⁷¹ ANDRADE, 1997, p. 24.

⁷² IGNARRA, Luiz Renato. *Planejamento Turístico Municipal: Um Modelo Brasileiro*. [s.a.], p. 40.

⁷³ BRAMANTE, 1979, p. 14.

⁷⁴ PAIVA, 1995, p. 40.

Dois exemplos que deram certos no país foram os albergues da juventude, e os clubes da terceira idade.

O lazer faz parte do setor de prestação de serviços, e o planejamento e administração de um setor recente trará, com certeza, inúmeros benefícios econômicos e sociais para toda a sociedade. Deve-se ressaltar, no entanto, certos pontos importantes: a prestação de serviço com qualidade, exigindo para isso a consciência na formação profissional; a qualidade vista nos programas e controles na área de lazer e turismo; envolvimento dos setores estatais, privados e civil para que o Brasil tenha condições de desenvolver e explorar o lazer; um setor complexo e dinâmico da economia como o lazer e turismo precisa definir e organizar as responsabilidades, bem como as participações de cada setor do país para alcançar sucesso nesta opção de crescimento e desenvolvimento do país.

Sabe-se que lazer e turismo podem ser oferecidos de diversas formas para os vários segmentos da sociedade, pois estes são dinâmicos, complexos e mutáveis, exigindo acompanhamento e adequações nas ofertas, demandas e nos resultados alcançados, sempre com qualidade e eficiência.

A crescente demanda de lazer, coloca o turismo social como sendo uma das áreas mais importantes, fazendo com que cresça vertiginosamente, em países que possuem estrutura para melhor explorá-la. Entretanto, a mesma política de exploração, ao se consolidar como região receptora de pessoas que buscam o lazer no turismo, deve, juntamente com as políticas nacionais procurar meios para beneficiar a população que não tem acesso aos pontos de lazer.

O movimento de turismo social procurava rever a natureza de forma educativa, nas viagens, propondo, inclusive, equipamentos apropriados que poderiam ser autogeridos pelas próprias comunidades.

Infelizmente, ainda há aqueles que, na utilização do tempo livre de que dispõe, dedicam-no ao lar. Uma pesquisa realizada em São Paulo revela que, a TV ganha disparado, seguida por visitas a parentes e amigos. Deste modo notamos a predominância do lazer doméstico, sendo que, na verdade, o lar é apenas um dos

equipamentos não específicos de lazer, ou que o homem utiliza em seu tempo livre, seja com a TV ou o rádio – meios de comunicação de massa – resultando numa contradição, o lar que é um espaço para ler conversar, receber amigos, ou seja, um pequeno centro cultural particular, torna-se ao mesmo tempo, um risco de segregação cultural, pois leva a viver momentos de isolamento que dão oportunidade a sentimentos depressivos, e a restringir seu convívio a um grupo cultural/familiar muito restrito.⁷⁵

Estas pessoas adquirem uma sensação de que a satisfação só se dá através do consumo, tornando-se passivos. É o que ocorre nos países em desenvolvimento, como o Brasil, com uma realidade de desigualdade na distribuição de renda, onde há quem participe e desfrute da cultura multinacional; que conhece esta cultura, mas não participa ativamente; e quem vive à margem dela. Ainda assim, segundo Milendez, secretário geral da Associação Latino-americana Lazer e Recreação (ALATIR), as pessoas querem participar e consumir experiências, e estão sofisticando suas aspirações, não mais se contentando com o lazer passivo.⁷⁶

Desta participação é que surgirão sugestões, podendo influir sobre uma determinada área de lazer e de preservação, que contribuirão para a sua infraestrutura, sua preservação e desenvolvimento, gerando uma relação entre o visitante e o meio ambiente, como demonstra o capítulo adiante.

⁷⁵ CAMARGO, Luis Octávio de Lima. "Educação para o Lazer". *Col. Polêmica*, 1998, p. 43.

⁷⁶ FOLHA DE SÃO PAULO, *Empresários que produzem lazer revelam suas opções*. 2º caderno – CIDADES – Domingo, 25 de maio de 1986, p. 24.

III – O PARQUE ARTHUR THOMAS – P.A.T.

1. INTRODUÇÃO

Após ser exposto o conceito de lazer, e a importância das Unidades de Conservação, matéria necessária antes de se falar de qualquer área verde relativa ao tema, pode-se dar entrada ao objeto deste trabalho que é o Parque Arthur Thomas, um exemplar de mata nativa pertencente à cidade de Londrina, no norte do Estado do Paraná.

O município de Londrina localiza-se na zona norte do Estado do Paraná tendo a posição geográfica determinada pelas coordenadas de 23°08'47" e 23°55'46" latitude sul e 50°52'26" a 51°19'11" longitude oeste. Sua área é de 1.715,897 km², limitando-se com Tamarana ao sul; Cambé a oeste; Sertãozinho ao norte; Ibiporã, Assaí, e São Jerônimo da Serra ao leste; Marilândia do Sul, Apucarana, e Arapongas a sudoeste.

A cidade destaca-se das demais do estado por possuir consideráveis pontos de áreas verdes, desde o centro próximo à Catedral até à periferia. Contando com diversas áreas de lazer na forma do Lago Igapó (Represa Cambezinho), do Zerão (área de forma circular com 1 Km de diâmetro – próprio para atividades físicas e recreativas), praças, bosque, o Parque Arthur Thomas propriamente dito, a Mata do Godoy, e diversas outras áreas verdes espalhadas pela cidade, embora de menor espaço.

O clima local é subtropical, com chuvas em todas as estações, temperatura média de 21,9°C. O solo do município é latossolo (terra roxa). Para a obtenção destes dados foram realizadas pesquisas junto à AUTARQUIA DO MEIO AMBIENTE (AMA), e também junto ao Projeto da Biblioteca Pública de Londrina – Projeto de Serviços e Informações Utilitárias (PSIU), que fornecem informações sobre a cidade de Londrina, seus pontos turísticos e seu respectivo parque.

O objeto deste trabalho conta com uma carga histórica bem considerável, pois foi palco de exploração, industrialização (ou simplesmente mecanização no que concerne à usina ali instalada), e, mais tarde de conservação. Pois o parque, no seu todo, foi bastante explorado no passado. Vítima do grupo inglês (em 1.929) Paraná Plantations Ltda., com sede em Londres, a área ao redor do local em que hoje se encontra o parque, foi loteada e vendida em diversas porções de terra para a colonização e exploração da região pela cultura cafeeira, do estado de São Paulo. O processo utilizado pelos cafeicultores na época, resultou na quase total extinção da mata nativa, para o cultivo do café. Assim é que, do parque atual parte de sua mata é resultado de reflorestamento de espécies nativas.

1.1. PARQUE ARTHUR THOMAS⁷⁷



Nome: PARQUE ARTHUR THOMAS (P.A.T.), segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), é um parque municipal localizado entre 23°15' – 23°30' de latitude Sul e 51°15' – 51°00' de longitude Oeste, encontra-se no Médio Curso do Ribeirão Cambé, que recebe neste trecho, a drenagem de seus afluentes os córregos Pizza, Manjolo, e Bem-te-vi pela margem direita e os córregos Carambeí, Pica-pau e Tico-tico, pela

⁷⁷ As imagens contidas nestas páginas adiante, foram obtidas do site da INTERNET <http://www.londrina.gov.br/psiu>, acessado em dez. de 1999, com a permissão da AMA – o mapa foi construído por DELFIM & ARTE, Londrina/PR, (0xx43) 341-7479.

margem esquerda. Situado na região sul da cidade, distante 06 km do centro, sua área atual é de: 82,72 ha. Em 1975, a Companhia de Terras Norte do Paraná fez a doação de uma área de 60,25 ha, e, a partir de 1983, foram efetuadas desapropriações resultando na área total que o parque atualmente ocupa.⁷⁸

Quanto à sua história existe o seguinte relato:

HISTÓRICO: A cidade de Londrina, assim como todo o norte do Paraná, foi colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a partir de 1.925. (...) foram praticamente exterminadas as matas nativas da região. Sobraram apenas alguns remanescentes (...), como é o caso do Parque Arthur Thomas.

A Cia. de Terras Norte do Paraná, através da Empresa Elétrica de Londrina, sua subsidiária, aproveitando o potencial hidráulico do Ribeirão Cambé, instalou e inaugurou em 8 de fevereiro de 1.939, a primeira usina hidrelétrica para abastecer Londrina. Depois de 28 anos de funcionamento foi desativada em 10 de Outubro de 1967, e desmontada dois anos depois.

Em 1975, a CTNP fez a doação de uma área de 60,25 ha ao município, para a implantação de uma área de preservação e lazer. A partir de 1.983, foram efetuadas desapropriações em áreas vizinhas, resultando no que hoje é o Parque Arthur Thomas, com seus 82,72 ha.⁷⁹

Além da importância histórica, o parque também possui grande valor para o meio científico e, é utilizado em diversas áreas, ligadas às atividades da Educação Ambiental. É muito propício à observação da flora, de modo que tem-se os seguintes representantes:

FLORA: O Parque Arthur Thomas possui 66,00 ha de área de preservação propriamente dita, representa uma das últimas remanescentes florestas da Região Norte do Estado do Paraná. Dentre as espécies nativas presentes destacam-se a peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*) com seu majestoso porte e beleza, o pau d'alho (*Gallesia integrifolia*), espécie indicadora do solo fértil denominado "terra-roxa", paineiras (*Chorisia speciosa*) e primaveras-arbóreas (*Bougainvillea glabra*) dando um contraste belíssimo de suas flores cor-de-rosa com o verde da mata, além de diversas canelas, e vários gêneros das Famílias *Meliaceae*, como a canjarana (*Cabralea canjerana*) e o cedro (*Cedrela fissilis*). Entre as leguminosas,

⁷⁸ Fonte: IAP – Instituto Ambiental do Paraná, e AMA – Autarquia do Meio Ambiente.

⁷⁹ Fonte: IAP – Instituto Ambiental do Paraná, e AMA – Autarquia do Meio Ambiente.

destacam-se a gurucaia (*Parapiptadeia rígida*), o ingá (*Inga sp*) e o alecrim-de-campinas (*Holocalix balansae*). Encontramos ainda, figueiras (*Ficus sp*) e palmeiras, como o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*). Existem ainda diversas espécies ornamentais, nativas e exóticas, que dão um colorido todo especial, e espécies frutíferas, que complementam a alimentação dos animais que o parque abriga.⁸⁰

Quanto a observação da fauna encontra-se:

FAUNA

Répteis: (lagarto teiú-teiú e cágados).

Peixes: presentes na represa, como tilápias, traíras, lambaris, pirampebas, carpas e outros.



Mamíferos: O parque abriga um grupo de macacos-prego, de comportamento bastante peculiar, capivaras, gambás, além de bandos de coatis e cutias.

Aves: espécies residentes e migratórias, que utilizam a mata para alimentação, abrigo e reprodução, sendo facilmente percebidas por sua beleza e pelo canto, tornando o local harmonioso e agradável. Destacam-se as espécies como Inambuguaçu (*Crypturellus obsolettus*), garça-branca-grande (*Casmerodius albus*), caracará (*Polyborus plancus*), jau-açu (*Penelope obscura*), saracura-do-mato (*Aramides saracura*) e outros.⁸¹

O acesso ao Parque Arthur Thomas é rodoviário, localizado na rua da Natureza servido por um sistema regular de ônibus, com suas vias de acesso bem sinalizadas. Para o público a entrada é franca e os dias permitidos para visita são de Terça a Domingo no horário das 8:00 às 18:00.

⁸⁰ Fonte: A.M.A. – Autarquia do Meio Ambiente.

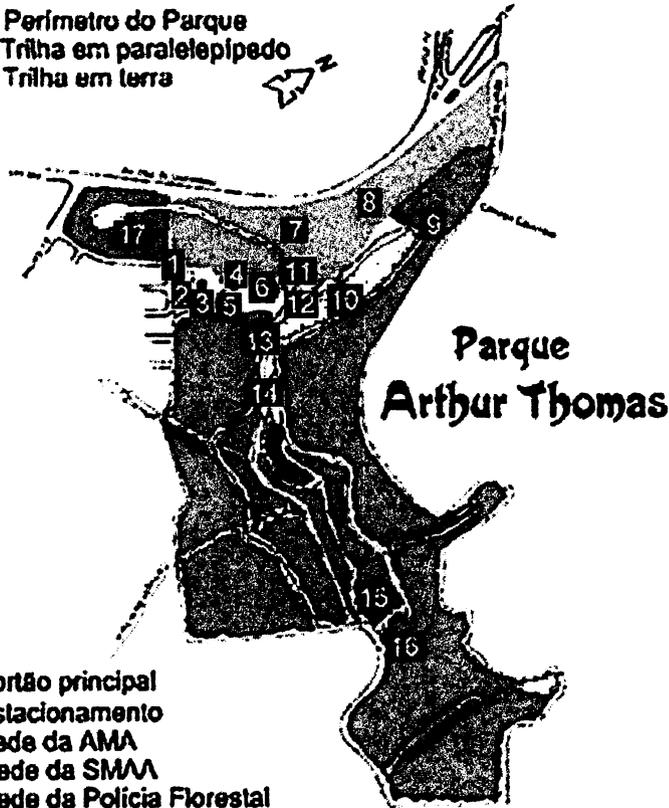
⁸¹ Fonte: A.M.A. Autarquia do Meio Ambiente – grifo nosso.



A jurisdição e proteção do Parque Arthur Thomas encontra-se sob a responsabilidade da Autarquia do Meio Ambiente (A.M.A.), além dela, também estão sediadas no parque a Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento (SMAA), responsável pelo horto de mudas e o Batalhão de Polícia

Florestal/Polícia Militar do Paraná (BPFlo/PM-Pr), instaladas na área do parque.

- ▬ Perímetro do Parque
- ▬ Trilha em paralelepípedo
- ▬ Trilha em terra



- | | |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1 - Portão principal | 13 - Barragem |
| 2 - Estacionamento | 14 - Cachoeira |
| 3 - Sede da AMA | 15 - Sanitários |
| 4 - Sede da SMAA | 16 - Usina |
| 5 - Sede da Polícia Florestal | 17 - Anexo ao parque (bosque) |
| 6 - Palco | |
| 7 - Viveiro | |
| 8 - Área recuperada com espécies nativas (plantadas em setembro/97) | |
| 9 - Passarela | |
| 10 - Lago | |
| 11 - Sanitários/Lanchonele | |
| 12 - Pedalinhos | |

O Parque Arthur Thomas é propício também à pesquisas científicas, caminhadas, área de lazer e recreação.

Para percorrer o atrativo o visitante o faz a pé, pois veículos não são permitidos dentro do Parque Arthur Thomas, devendo ficar no estacionamento que o parque oferece aos visitantes.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse pelo estudo surgiu em decorrência da relação do ser humano e a natureza, pois, com a explosão demográfica cada vez mais crescente, e extirpação de áreas verdes para implantar novas moradias, o planeta vai ficando poluído, suas estações imprevisíveis, com conseqüente prejuízo para as plantações e cultivos de alimentos; ocorre um aumento gradativo na camada de ozônio, permitindo maior incidência de raios ultravioleta. Tudo isso contribuindo para a extinção de espécies, para a proliferação de doenças e pestes, e o ser humano não dando a devida importância para a mãe natureza.

Se os desmatamentos continuarem descontrolados, não se poderá garantir um futuro melhor para a humanidade, visto que ambos estão unidos em seu destino, e, para onde um for, o outro derradeiramente também irá.

É por isso que, quando surgem iniciativas para a preservação, ainda mais com grandes áreas urbanas nas proximidades, deve-se passar adiante a importância que tal área representa, mesmo que explorando-a como área de lazer. É o caso do Parque Arthur Thomas.

Para descobrir se esse parque tem realmente condições para permanecer como uma área de conservação e, ao mesmo tempo, uma área de lazer, utilizou-se um questionário aplicado aos visitantes e aos funcionários do local, donde se poderá avaliar o que pensam sobre o mesmo.

O questionário foi dirigido, na perspectiva de estabelecer o grau da importância e o valor turístico do parque, sendo que, com os dados resultantes pode-se sugerir maneiras de adequá-lo dentro do conceito de desenvolvimento sustentável do turismo, esperando obter melhorias na relação Homem/Natureza.

Esperava-se também averiguar se as instalações e equipamentos, bem como os serviços ofertados atendiam às necessidades dos visitantes. E se as

atividades de lazer e recreação eram compatíveis com suas características de Unidade de Conservação.

3. OBJETIVOS

- (1) descobrir se o Parque Arthur Thomas possuía, realmente, importância como atrativo, seja para a cidade, ou para os moradores, podendo gerar benefícios à população londrinense.

- (2) averiguar se eram aceitáveis as atividades de lazer e recreação desenvolvidas no parque em vista do mesmo ser uma área de preservação.

Estes objetivos foram construídos em vista da pesquisa *"in loco"*, possibilitando a elaboração do questionário que, forneceu a percepção dos visitantes e funcionários do parque quanto aos equipamentos, instalações e serviços oferecidos.

4. PROBLEMA

A partir do delineamento dos objetivos surgiu a seguinte indagação: se a utilização do parque como área de lazer e recreação estava ocorrendo de forma a preservar suas características como área de preservação ambiental. Ou seja, descobrir se o impacto do homem sobre o parque é nocivo o bastante para prejudicar a conservação e preservação do meio ambiente.

5. HIPÓTESES

Hipótese 1ª: O Parque Arthur Thomas, apesar de sua história de preservação, e de suas reformas para atender o público, está inadequado ao lazer e à recreação.

Hipótese 2ª: O parque está mal conservado, revelando um desinteresse da comunidade em sua preservação.

Hipótese 3ª: As atividades turísticas desenvolvidas no parque, objetivando a sua preservação ambiental, são aceitáveis, mas insuficientes.

6. VARIÁVEIS

Quanto às variáveis, posicionadas nos questionários, foram divididas nos seguintes grupos:

1) GRUPO I = Quanto ao perfil socioeconômico:

- idade;
- sexo;
- escolaridade;
- renda *per capita*;
- origens dos visitantes.

2) GRUPO II = Quanto ao parque;

- sua importância;
- se é um atrativo turístico;
- tempo de permanência;
- números de visitas;
- infra-estrutura;
- visitas em grupo ou individuais.

3) GRUPO III = Sobre Lazer e atrativos turísticos:

- o que é lazer;
- onde costuma passear;
- quais os atrativos de Londrina.

As variáveis foram utilizadas tanto para os funcionários quanto aos visitantes, sendo que, após a aplicação dos questionários, os dados coletados foram estruturados na forma de tabelas e gráficos. A interpretação dos mesmos foi feita através da análise das variáveis investigadas, e do cruzamento dos resultados dos

grupos acima mencionados, bem como das duas facções questionadas – funcionários e visitantes – empreendidas de modo a se verificar se as hipóteses eram pertinentes ou não.

7. PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS – AMOSTRAS

A princípio, desenvolveu-se uma pesquisa preliminar de gabinete com o objetivo de levantar os dados (tamanho, área, infra-estrutura, serviços, história, ...) sobre o parque, para uma análise posterior do local.

Numa segunda etapa, realizou-se uma pesquisa descritiva (na forma de questionários) para saber o perfil do visitante, suas preferências com relação ao lazer e à recreação e, sobre o seu significado como atrativo turístico para a cidade de Londrina. E, foi aplicado também aos funcionários do local os mesmos itens acima mencionados, afim de se realizar um cruzamento dos dados e obter uma visão do parque sob a perspectiva daqueles que não só o visitam, mas também dos que fazem parte de sua vida na convivência diária com o ambiente.

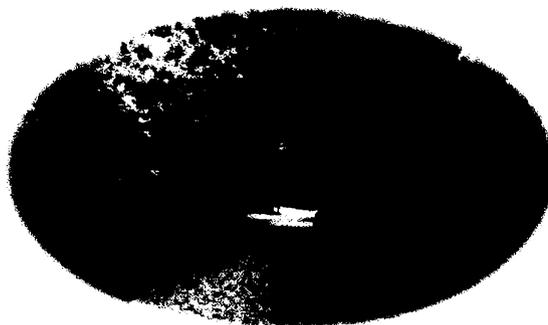
A entrega dos questionários, bem como a seleção dos indivíduos para respondê-las, ocorreu aleatoriamente, resultando da participação e boa vontade dos visitantes, haja vista que foi aplicada dentro do ambiente do parque nos dias 27, 28 e 30 de novembro de 1.999, perfazendo um total de 56 indivíduos participantes. Quanto aos questionários dirigidos aos funcionários, foi levado em conta aqueles que desempenhavam determinados papéis dentro do parque, tais como: segurança, administração, zeladores e, a área científica (geógrafos, biólogos, monitores, ...), perfazendo um total de 10 funcionários que participaram da pesquisa, diretamente envolvidos com o parque em suas funções de trabalho.

Exemplares dos questionários que foram dirigidos aos visitantes e, aos funcionários podem ser conferidos em anexo a este trabalho.

7.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DO PARQUE

Após uma pesquisa de campo, avaliando os itens observados diretamente no local, o resultado foi dividido da seguinte maneira:

VEGETAÇÃO: local. Apresenta um alto grau de perturbação, mas encontra-se em regeneração pois há trilhas dentro da mata que permitem ao visitante poder percorrê-la. Destaca-se a presença de lixo nestes caminhos, denotando a falta de conscientização do visitante que não permanece nas trilhas estabelecidas e interferindo no ecossistema, perturbando as aves e pequenos moradores da área com barulho e sujeira.



ASPECTO GERAL: O atrativo possui lago povoado com várias espécies de peixes e, tem as trilhas pela mata para observação da flora e da fauna existente. Possui em todo espaço acessos para

realização de caminhadas, além de possuir uma cachoeira com 20 m, sendo um forte elemento natural para atrair visitantes, podendo ser observada de 2 mirantes instalados na margem do ribeirão Cambé.

Faz parte do Parque Arthur Thomas a primeira Usina Hidrelétrica para abastecer Londrina, inaugurada em 1936 e desativada em 1967, guardando aí um pouco da história da cidade. O acesso a área da Usina e entrada do parque é calçado com paralelepípedos.

Para os visitantes, há também o contato esporádico com macacos-prego que vivem nas matas, e além destes há os pássaros e pequenos répteis.

ALIMENTAÇÃO: Para esta questão as observações foram as seguintes: A única lanchonete do Parque Arthur Thomas esteve fechada durante todo o Sábado e no Domingo somente após às 14:00 horas os proprietários chegaram ao local. Se os visitantes quiserem algo para beber deverão se dirigir ao sorvete italiano ou então tomar água nos bebedouros instalados próximo ao lago. No caminho para o prédio da usina tem minas d'água, não há bebedouros.

BANHEIROS: No parque há dois locais com banheiros, por sexo; um nas proximidades do lago e o outro próximo a usina de força, observado por fora a estrutura é boa e não apresenta problemas, mas ao entrar não há torneiras nas pias, não tem papel higiênico e os vidros estão quebrados e, aumentando o número de visitantes conseqüentemente ficará imundo.



CACHOEIRA: Possui uma queda de 20 metros de altura, para os visitantes observarem melhor, existem dois mirantes. Ao chegar no primeiro descobre-se inúmeras falhas na estrutura, ele possui uma tela de proteção inadequada para a presença de crianças e, é muito reduzido não permitindo mais que dez pessoas; já no segundo nota-se que a escada está mais descuidada, tendo espaço em que a presença de corrimão inexistente e o visitante não tem onde se apoiar, os degraus estão gastos e está ocorrendo uma leve erosão em alguns trechos, tornando a chegada a este segundo mirante inadequado por exemplo, à mulheres grávidas, crianças pequenas e até mesmo para os idosos.



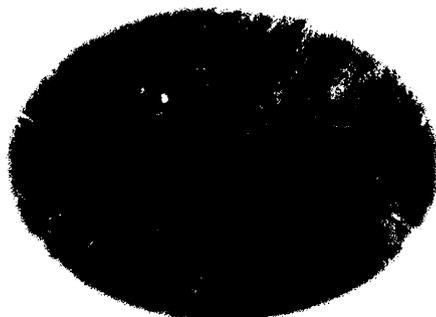
LAGO: no lago tem o passeio de pedalinho para os visitantes, e grandes áreas em suas margens próprias para recreação. No momento da pesquisa percebeu-se o descaso com o visitante, pois em pleno fim de semana havia presença de muito lixo na água, resíduos de óleo, e várias garrafas plásticas, fora o problema do assoreamento que vem ocorrendo devido à falta de vegetação na beira do lago.

SEGURANÇA: o lugar dispõe de seguranças para percorrê-lo e vistoriá-lo mas a sua presença só foi identificada no Domingo à tarde quando então estavam portando coletes de identificação. Antes disso, se estavam lá não tem-se como saber pois não estavam visíveis para identificação.

ACESSO: localizado próximo ao centro urbano de Londrina (6 Km), segue-se por ruas e avenidas devidamente sinalizadas e asfaltadas. Dentro do parque ocorre algumas alterações, como por exemplo a conservação das escadas. O Parque Arthur Thomas além de ser um local agradável e bonito de ser visitado, freqüentemente é utilizado pelos moradores vizinhos como atalho para acesso a outros bairros e conjuntos, sendo

que para isso, arrombam a cerca e criam caminhos não autorizados, permitindo o acesso de pessoas que para lá se dirigem com outras intenções que não o da visita ao parque, gerando nos visitantes usuais um sentimento de medo, insegurança e um desconforto muito grande. Essas entradas e caminhos não oficiais, dão margem à presença de viciados e malandros no ambiente local.

O caminho para a antiga usina é de paralelepípedo, o que em dias de chuva, ou bastando apenas um tempo úmido, requer cuidados extras para caminhar.



CONSERVAÇÃO E LIMPEZA:

Com relação à limpeza do espaço não visualizou-se entulhos, tais como garrafas, latas, plásticos, espalhados pelo chão pelo período da manhã, mas o mesmo não pode ser dito quanto à tarde visto que muitos visitantes não se preocupam em procurar as

lixeiras, deixando o lixo em qualquer lugar. Quanto às lixeiras espalhadas pelo parque o que se observa é a concentração de todas no espaço que leva até o Lago, e ausência delas nos demais espaços do parque, havendo somente no busto do fundador Arthur Thomas um latão para o depósito de lixo. Observa-se a existência de focos de poluição em alguns pontos do parque, como na cachoeira por exemplo, onde pode-se ver sujeiras entre as pedras, garrafas plásticas e isopor, que os visitantes abandonam no local.

INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO: quanto às placas, nota-se que não são muitas e as que existem estão danificadas. O maior número de placas informativas, localiza-se na entrada e próximas ao lago, quando se dirige à cachoeira e ao resto do parque, trilhas e usina, não se observa o mesmo número de placas. Não há sinalização para orientar o visitante quanto a localização e segurança, deixando alguns que estão ali pela primeira vez desorientados, não sabendo o que encontrarão pela frente, ou para onde se dirigirão.

Quanto aos visitantes algumas famílias questionaram sobre os macacos, pois as crianças gostariam de vê-los, já que no Parque Arthur Thomas existem placas que dizem para não alimentar os macacos, subentenderam que os animais estariam em jaulas e, quando informados que viviam livres, denotaram surpresa.



alunos e visitantes sobre a importância da preservação e conservação do meio ambiente.

ATIVIDADES PROGRAMADAS: são desenvolvidos projetos de educação ambiental junto às escolas da cidade e região. As visitas ao parque são feitas com auxílio de monitores que as acompanham durante todo o trajeto realizando explicações com o objetivo de educar os

Para conhecer o parque, são necessárias muitas horas, mas todos os seus pontos poderão ser apreciados pelo visitante durante o decorrer do dia, desfrutando-o para seu lazer.

8. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS

8.1. DOS VISITANTES DO PARQUE ARTHUR THOMAS

Os dados a seguir foram fornecidos pela AMA de Londrina (Autarquia do Meio Ambiente), que é a responsável direta pelo parque. No que se refere aos dados do período de 1999, deve-se levar em conta o fato de que o respectivo ano em questão ainda estava vigente quando os dados foram anexados a esta pesquisa. As tabelas referem-se às visitas de estudantes e de usuários em geral.

TABELA 1: BALANÇO DE VISITANTES – (1995-1996-1997) – VISITANTES

MESES	1995	1996	1997
JANEIRO			133
FEVEREIRO		91	162
MARÇO		299	111
ABRIL	619	209	408
MAIO	1.324	491	189
JUNHO	3.163	1.504	525
JULHO	2.067	1.467	2.577
AGOSTO	2.239	1.577	1.722
SETEMBRO	1.269	1.183	1.967
OUTUBRO	1.984	1.690	2.042
NOVEMBRO	2.354	1.392	1.733
DEZEMBRO	1.159	615	1.557
TOTAL	16.165	10.498	13.126

FONTE: A.M.A. – Autarquia do Meio Ambiente Projeto: “Escola Vai Ao Parque”.

No que concerne à tabela anterior, os dados visam fornecer uma idéia do movimento cada vez mais crescente de estudantes no período de 1995 à 1997. A fonte – A.M.A. (Autarquia do Meio Ambiente) – não justifica a ausência de dados referentes ao ano de 1998, mas apresenta os dados relativos ao ano de 1999, acrescido das escolas que participaram em visitas programadas que constam na tabela abaixo.

TABELA 2: VISITAS DE ESCOLAS

MESES	VISITANTES 1999	QUANTIDADE DE ESCOLAS
JANEIRO	545	17
FEVEREIRO	-	-
MARÇO	471	18
ABRIL	800	24
MAIO	1.879	38
JUNHO	959	25
JULHO	1.437	44
AGOSTO	-	-
SETEMBRO	1.300	32
OUTUBRO	2485	63
TOTAL	9.876	261

FONTE: A.M.A. – Autarquia do Meio Ambiente – Londrina/Pr

Os dados referentes aos meses de Fevereiro e Agosto, neste caso ausentes, não foram justificados pela fonte, já no que se refere aos meses de Novembro e Dezembro, estes também se encontram ausentes uma vez que quando os dados foram anexados à esta pesquisa, o ano em questão ainda não havia findado.

TABELA 3: BALANÇO DE VISITAS AO PARQUE

Ano	MÉDIA DE VISITANTES AO MÊS
94	5.526,58
95	9.443,50
96	9.325,00
97	10.937,16
98	12.146,25
TOTAL	9.475,69

FONTE: SILVA, Mara, pesquisa *in loco*, 1999, Londrina/PR.

Nota-se, na tabela acima, que no decorrer destes anos o número de visitantes cresceu, comprovando que o Parque Arthur Thomas tem condições de ser um espaço propício para o Lazer e a Recreação.

TABELA 4: BALANÇO DE VISITANTES (1994-1995-1996-1997-1998-1999)

MESES	1994	1995	1996	1997	1998	1999
JANEIRO	10.231	7.342	9134	8.311	16.685	18.821
FEVEREIRO	1.504	6.762	7.869	13.384	12.702	12.256
MARÇO	3.140	6.470	6.977	11.178	8.030	7.824
ABRIL	6.630	7.220	7.291	9.964	8.250	5.249
MAIO	4.305	6.835	8.246	9.187	10.421	7.951
JUNHO	5.066	10.540	9.009	6.031	9.699	10.736
JULHO	7.200	11.687	11.712	16.044	11.470	11.135
AGOSTO	9.044	11.563	11.404	16.044	12.817	13.574
SETEMBRO	1.789	10.901	11.404	13.017	6.961	
OUTUBRO	2.129	9.657	9.809	9.712	12.685	
NOVEMBRO	9.604	13.298	10.238	11.756	17.767	
DEZEMBRO	5.677	11.047	8.767	11.040	18.268	
TOTAL	66.319	113.322	111.900	131.246	145.755	

FONTE: AMA, op. cit..

O Parque Arthur Thomas possui um projeto de educação ambiental intitulado "ESCOLA VAI AO PARQUE". A grande diferença de visitantes entre 94 e 95 é devido a este projeto, que teve seu início no ano de 1995. Os dados apresentados nesta tabela, portanto, mostram os números englobando os alunos que participaram do projeto de educação ambiental, e os visitantes casuais. Percebe-se um aumento de visitantes no período das férias (Julho, Novembro e Dezembro).

8.1.1. GRUPO I = PERFIL SÓCIO/ECONÔMICO:

As tabelas abaixo procuram demonstrar quem é o visitante do parque, numa análise de seu perfil.

TABELA 5: ESTADO CIVIL DOS VISITANTES

Estado Civil	F	%
CASADO	33	59,0
SOLTEIRO	17	30,0
DIVORCIADO	1	2,0
DESQUITADO	1	2,0
VIÚVA	2	3,5
CONCUBINATO	2	3,5
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Percebe-se que o estado civil da maioria dos visitantes pertence ao grupo de pessoas casadas.

TABELA 6: SEXO DOS VISITANTES

SEXO	Freqüência	%
HOMEM	28	50
MULHER	28	50
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

O questionário foi aplicado aos visitantes de forma aleatória. O número igual de indivíduos em ambos os sexos, foi apenas coincidência.

TABELA 7: IDADE DOS VISITANTES

IDADE	F	%
ATÉ 20 ANOS	10	18,0
21-30	14	25,0
31-40	14	25,0
41-50	7	12,5
51-60	7	12,5
61-70	4	7,0
Mais de 70	-	
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Aqui, o resultado indica que, a idade dos visitantes do Parque Arthur Thomas, se distribui de uma forma homogênea, em sua maioria entre os 21 aos 40 anos.

TABELA 8: ESCOLARIDADE DOS VISITANTES

ESCOLARIDADE	F	%
1º GRAU	15	27,0
2º GRAU	22	39,0
3º GRAU	17	30,0
Outro (analfabetos)	2	4,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Nesta tabela nota-se que há uma predominância dos que cursaram o 2º grau em diante, sendo que os analfabetos acima citados são apenas da parte masculina.

TABELA 9: RENDA FAMILIAR TOTAL DOS VISITANTES

SAL. MÍNIMO	F	%
1 A 5 SM	24	43,0
6 A 10 SM	15	27,0

Continuação ...

SAL. MÍNIMO	F	%
11 A 20 SM	9	16,0
ACIMA DE 20 SM	8	14,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

A renda, em torno de 1 a 5 salários, é representativa no quadro geral dos visitantes.

TABELA 10: ORIGEM DOS VISITANTES

ORIGEM	F	%
LONDRINA	49	87,5
OUTRAS	7	12,5
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Observa-se também que, a maioria dos visitantes do parque, são moradores da cidade de Londrina, sendo que, das outras localidades, são visitantes do estado de São Paulo e Minas Gerais, ou das cidades vizinhas.

Visto que pelo menos 87% dos visitantes são provenientes da própria cidade de Londrina, talvez o parque deva rever a sua forma de divulgação, já que objetiva-se o uso do lugar como atrativo turístico.

8.1.2. GRUPO II = QUANTO AO PARQUE:

Para a análise deste segundo grupo foram observadas as frequências de visitas, serviços e a infra-estrutura do local.

TABELA 11: QUANTAS VEZES VISITA O PARQUE

N.º DE VISITAS	F	%
TODOS OS DIAS	3	5,0
FERIADO	1	2,0
DOMINGO/SÁBADO	10	18,0
OCASIONALMENTE	42	75,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Nota-se que os visitantes ocasionais – um número bastante expressivo – nesta classificação, incluindo os que estão visitando pela 1ª vez ou pela 2ª vez o Parque Arthur Thomas, são visitantes de final de semana.

TABELA 12: LOCOMOÇÃO PARA CHEGAR AO PARQUE

TRANSPORTE	F	%
CARRO PRÓPRIO	32	57,0
CARRO DE AMIGOS	7	13,0
ÔNIBUS	3	5,0
OUTROS	14	25,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Quanto ao item que se refere à locomoção ou às formas de transporte para acesso ao parque teve-se as seguintes observações: no item OUTROS (25% dos visitantes) estão incluídos o modo de se locomover a pé, bicicleta, etc.. O que se observa é que são moradores vizinhos ao parque que desfrutam dele.

TABELA 13: TEMPO DE PERMANÊNCIA

HORAS	F	%
2 A 4	43	77,0
4 A 6	7	12,0
6 A 8	-	-
OUTRO	6	11,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

O item “OUTRO”, refere-se àqueles que permaneceram apenas uma hora, não percorrendo toda a extensão do parque. Sabe-se que o horário de visita é das 08:00h às 18:00h, de Terça a Domingo e, no entanto, como consta na tabela acima, os visitantes não desfrutam completamente do horário disponível, apenas permanecendo uma média de 2 a 4 horas no local, havendo aqueles que permanecem no local acima desta média, mas que representam uma minoria.

TABELA 14: ÁREA VERDE PERTO DE CASA

ÁREA VERDE	F	%
SIM	45	80,0
NÃO	11	20,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Eram indivíduos que moravam perto de praças, ou próximo ao parque.

TABELA 15: ALIMENTAÇÃO NO PARQUE

ALIMENTAÇÃO	F	%
SIM	14	25
NÃO	42	75
Total	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

A questão propunha saber se os visitantes utilizavam, ou não, os serviços de alimentação oferecidos. Ao contrário do que se esperava, apesar do parque conter, próximo ao lago, um quiosque de sorvete e de lanche, o consumo é relativamente baixo apesar do número de pessoas que vem ao parque. Por outro lado percebe-se que mesmo os visitantes mais usuais não praticam a atividade do piquenique, por exemplo, o que revela que a maioria não traz alimentos para o local.

TABELA 16: AMIZADES NO PARQUE

NÍVEL DE AMIZADE	F	%
MUITAS	5	9,0
ALGUMAS	8	14,0
POUCAS	4	7,0
NENHUMA	39	70,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Pela quantidade de respostas na alternativa “nenhuma”, quase 70%, o que se observa é que as pessoas chegavam sozinhas, ou com os familiares e permaneciam no seu grupo, evitando se relacionar com os estranhos, conforme muitas responderam.

TABELA 17: OPINIÃO SOBRE INFRA-ESTRUTURA

INFRA-ESTRUTURA	F	%
ÓTIMA	2	3,0
BOA	17	29,0
REGULAR	25	43,0
PÉSSIMA	15	25,0
TOTAL	59	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Esta questão foi colocada de forma genérica, e os visitantes pontuaram itens específicos – como por exemplo os bebedouros, banheiros, lanchonete, estacionamento, ... etc. – todos relativos à infra-estrutura, permitindo assim levantar,

como descrito nas tabelas seguintes, as sugestões de melhoria e o que falta no parque, segundo a visão e a necessidade do visitante. Dois visitantes, não quiseram responder alegando ser a primeira vez que vinham ao parque.

TABELA 18: SUGESTÕES PARA MELHORAR O PARQUE

MELHORIAS	F	%
Banheiros	19	26,0
Segurança	12	16,0
Lanchonetes	11	15,0
Bebedouros	06	8,0
Limpeza Geral	06	8,0
Limpeza do Lago	05	6,0
Cuidar da usina abandonada	02	3,0
Estacionamento dentro do parque	02	3,0
Manutenção e conservação do Parque	02	3,0
Melhorar os mirantes	02	3,0
Organização	02	3,0
Reclamações: cheiro, esgoto ao ar livre	02	3,0
Sinalização	02	3,0
TOTAL	73	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Como responderam mais de um item, o total de respostas torna-se maior do que o número de indivíduos participantes. Com relação à segurança as pessoas citam como exemplo a presença de dependentes de drogas dentro do parque, exigindo daí um melhor policiamento da região. O maior número de sugestões referiu-se aos banheiros, à segurança e lanchonetes.

TABELA 19: O QUE FALTA NO PARQUE

FALTA	F	%
Conservação	11	20,0
Parque Infantil	09	16,0
Segurança em todo o parque	05	10,0
Lanchonete	03	5,0
Lixeiras	03	5,0
Policiamento ostensivo	02	4,0
Placas nas árvores	02	4,0
Bebedouros	01	2,0
Segurança específica no lago	01	2,0
Lugar para lavar as mãos	01	2,0
Campo de futebol	01	2,0
Mini-zoológico	01	2,0
Mais opções de lazer	01	2,0
Água nos banheiros	01	2,0
Sinalização em todo o Parque	01	2,0

Continua ...

FALTA	F	%
Limpeza	01	2,0
Teleférico	01	2,0
Restaurantes	01	2,0
Animais (patos, cisnes)	01	2,0
Alimentação	01	2,0
Orientadores	01	2,0
Iluminação	01	2,0
Churrasqueiras	01	2,0
Peixes nos canais	01	2,0
Trilhas dentro da mata	01	2,0
TOTAL	53	100

FONTE: SILVA, op. cit. – grifo nosso.

Observa-se que há nas tabelas 18 e 19 alguns itens em comum (segurança, bebedouros, lanchonetes, conservação, sinalização,), o que demonstra que muitos não distinguiram melhorias a serem implementadas daqueles que faltavam ao parque, pois citaram tanto um item numa questão como em outra. Os destaques em negrito servem para mostrar as opiniões consideradas fora de contexto, ou que exigem realmente uma equipe e um bom trabalho da AMA para conciliar os itens com as características de Unidade de Conservação, que o parque pressupõe ser. De qualquer forma, o item que mais indicaram referiu-se à falta de conservação.

TABELA 20: IMPORTÂNCIA PARA O VISITANTE E A CIDADE

IMPORTÂNCIA DO PARQUE	F	%
MUITA	49	87,5
POUCA	4	7,0
NENHUMA	0	0
NÃO SEI	2	3,5
NÃO RESPONDEU	1	2,0
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

No que diz respeito à importância do parque, aqueles que não responderam ou disseram “não sei”, deu-se pela falta de conhecimento sobre o mesmo, e assim não quiseram avaliar ou dar seu parecer sobre a questão. Nota-se que, para quase 90% dos visitantes, o parque possui muita importância.

TABELA 21: CONSIDERA O PARQUE ARTHUR THOMAS UM ATRATIVO

ATRATIVO	F	%
SIM	50	89
NÃO	6	11
TOTAL	56	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Os que responderam sim, corresponderam a 89% e levaram em conta a beleza e destaques panorâmicos do parque. Entretanto, mesmo diante desses fatores, há aqueles que não o consideram um atrativo devido ao mesmo não chamar a atenção para si, sem fazer divulgação; um chegou a descrevê-lo como “feio”, devido à má conservação.

TABELA 22: O QUE TORNA O PARQUE UM ATRATIVO

MOTIVOS	F	%
Beleza	13	32,5
Natureza	08	20,0
Lazer	07	17,5
Divulgação da cidade	04	10,0
É um dos poucos atrativos da cidade	02	5,0
Chama a atenção	01	2,5
Originalidade	01	2,5
Tranqüilo	01	2,5
Agradável	01	2,5
Maravilhoso	01	2,5
História da cidade	01	2,5
TOTAL	40	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Os visitantes usaram diversos adjetivos para descrever as qualidades que tornam o parque um atrativo, sendo que os itens mais cotados foram a beleza, a natureza, e o lazer, nesta ordem de preferência.

Quanto à infra-estrutura, analisando-se os dados das tabelas acima, observa-se que os itens relacionados à conservação (20%) e segurança (16%) prevaleceram, e quanto às instalações e equipamentos teve-se os banheiros (26%) e a lanchonete (15%); referente aos serviços citaram a limpeza (14%) demonstrando que o parque requer uma reforma para melhorar os seus serviços, bem como a sua infra-estrutura. Mesmo encontrando-se neste estado, a maioria acredita que o parque é um atrativo para a cidade de Londrina.

O parque torna-se expressivo em sua representação para a cidade, mesmo tendo aqueles que o consideraram “feio”, “mau conservado”, “pouco divulgado”, “sem chamar a atenção”; tais situações são possíveis de serem revertidas, alterando a visão dos visitantes e aumentando o seu valor turístico. Apesar de haver uma despreocupação relativa à preservação do meio ambiente, a nível geral, o visitante leva muito em conta a importância do parque no que se refere ao lazer e à natureza.

Verificou-se as características deste espaço em relação àqueles que também se beneficiam do lugar – seja através de quiosques de lanches e sorvetes dentro do parque, ou de barracas de alimento fora do mesmo – desde suas qualidades até as melhorias que faltam para torná-lo um espaço que atenda ao público, oferecendo à comunidade ao qual está inserido, um recurso gerador de benefícios e qualidade de vida para a população em geral. Deve-se levar em conta que, a maioria dos visitantes consultados pertencem ao grupo dos que visitam o parque nos fins de semana, sendo, portanto, visitantes casuais, cujas respostas são observações individuais feitas pelo indivíduo, portanto, se mesmo eles perceberam deficiências na infra-estrutura do parque, então pode-se afirmar que os responsáveis pelo local deverão rever os equipamentos e serviços oferecidos.

Como a maioria das pessoas (77%) permanecem apenas de 2 a 4 horas no local, pode-se supor que a presença deles seria maior se houvessem mais atividades de lazer e recreação no parque.

8.1.3. GRUPO III = SOBRE LAZER E ATRATIVOS TURÍSTICOS:

As seguintes tabelas mostram o que os usuários do parque consideram como lazer e quais os atrativos de Londrina para o visitante.

TABELA 23: O QUE É LAZER

LAZER	F	%
DISTRAIR A MENTE	26	30,0
PRAZER	26	30,0

Continuação ...

LAZER	F	%
DIVERSÃO	21	24,0
ATIVIDADE SEM COMPROMISSO	12	14,0
OUTRO	2	2,0
TOTAL	87	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Questionados sobre o que é lazer, os visitantes indicaram todas ou mais de uma opção de resposta para defini-lo. Nota-se que o sentido do Lazer para o visitante identifica-se como sendo “PRAZER”, “DISTRAIR A MENTE”, e a “DIVERSÃO”, ocorrendo um equilíbrio entre elas.

No item “OUTRO” foi opinado que lazer seria apreciar a natureza.

TABELA 24: ONDE COSTUMA PASSEAR

LOCAIS	F	%
ZERÃO	33	32,5
BARRAGEM	35	34,0
MATA DO GODOY	1	1,5
SALTO APUCURANHINHA	14	14,0
OUTROS	18	18,0
TOTAL	101	100

FONTE: SILVA, op. cit..

No item OUTROS desta tabela, foram citados os seguintes locais: shopping Catuaí, Cinema, casa de familiares, Igreja, bares e casas de show. Ainda assim percebe-se o alto número de pessoas que procuram áreas verdes – como é o caso do ZERÃO, local muito comumente usado pelos cidadãos londrinenses para atividades de lazer e exercícios ao ar livre – em contato com a natureza.

TABELA 25: ATRATIVOS DE LONDRINA

OUTROS ATRATIVOS	F	%
CATEDRAL	24	19
ZERÃO	28	22
LAGO IGAPÓ	43	33
MUSEU	17	13
OUTROS	17	13
TOTAL	129	100

FONTE: SILVA, op. cit..

Na alternativa OUTROS da tabela acima, foram citados como atrativos de Londrina: Shoppings, Praça Nishinomia, Marco Zero, distritos, UEL, IAPAR. No entanto, os mais indicados foram o Lago Igapó, o Zerão e a Catedral.

Ao se procurar formar uma idéia do pensamento do visitante, percebeu-se que os mesmos apresentavam personalidades mais voltadas à natureza, para depois se voltarem para outras alternativas de lazer, explorando assim as opções que primeiramente o levassem ao contato com a natureza, e posteriormente outras formas de recreação longe da natureza – como ir às compras, ou visitas a shoppings, a espaços culturais como o museu, e demais formas de diversão. Ainda assim, esta linha não se aplicou a todos, pois houveram aqueles que procuravam o parque porque era justamente o que estava mais acessível, mais próximo, ou que exigia poucos gastos em relação aos que o visitante teria ao se dirigir para um outro lugar de sua preferência.

No geral, essas observações dos visitantes, demonstraram o quanto se faz urgente a presença da educação ambiental, e ao mesmo tempo, o quanto é fácil a sua aplicação, pois o visitante é, na maioria das vezes – como demonstra as respostas aos questionários – um curioso em potencial. Quando vai ao parque, está sequiso por informações sobre o local e, em alguns casos, o visitante pode sair dali como um grande defensor do meio ambiente.

8.2. DOS FUNCIONÁRIOS DA AMA

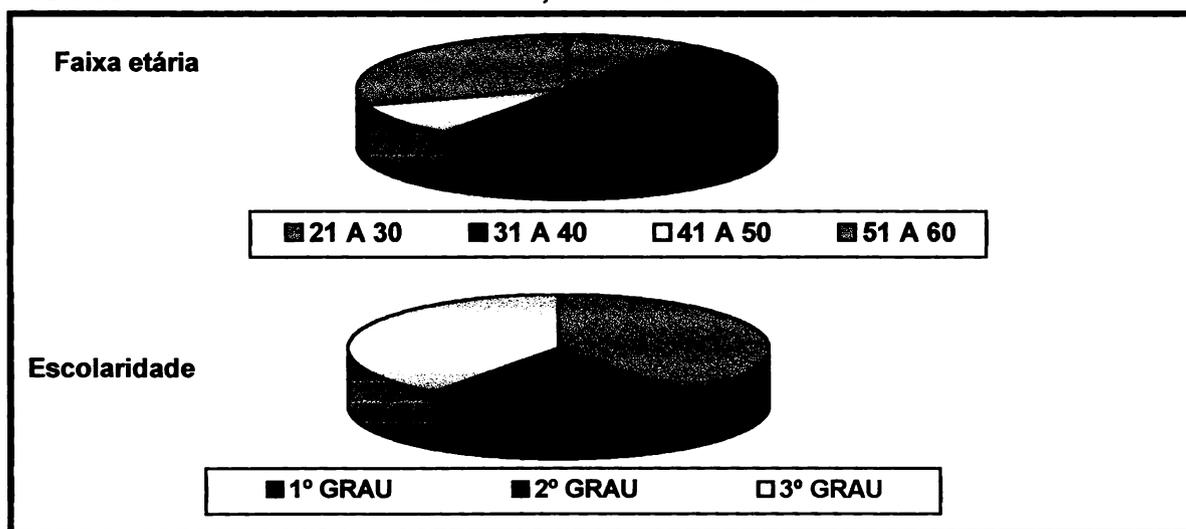
Foram aplicados questionários, dirigidos aos funcionários e administradores da AMA – Autarquia do Meio Ambiente – que trabalham dentro do Parque Arthur Thomas, com a intenção de comparar com os dos visitantes, sendo que todos eram do sexo Masculino, dispensando então a necessidade da divisão e, ou classificação por sexo.

Os questionários continham itens que haviam sido propostos aos visitantes sendo que, para diferenciá-los melhor dos mesmos, foram acrescentadas

algumas questões voltadas às atividades dos funcionários dentro do parque, neste caso apresentados em gráficos em forma de pizza.

Os três primeiros gráficos referem-se à faixa etária dominante, à média de escolaridade, e se os mesmos também realizam visitas, sejam sozinhos, ou acompanhados de familiares, ao local de trabalho nas suas horas de lazer. Com os dados obtidos pretendeu-se realizar um cruzamento com os dos visitantes, afim de confirmar ou não as hipóteses relativas a esta pesquisa.

GRÁFICOS 01 E 02: FAIXA ETÁRIA; ESCOLARIDADE

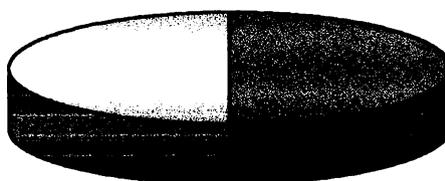


FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

A média de idade entre os funcionários do parque ficou compreendida entre os 31 aos 40 anos, ficando em segundo a média de 51 a 60, o que demonstra a presença a falta de jovens trabalhadores, no entanto, houve um certo equilíbrio entre os diversos níveis de ensino, destacando-se principalmente o 1º grau e o Superior.

GRÁFICO 03: VISITA O PARQUE

Visita o parque

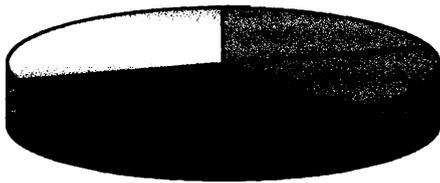


■	SIM
□	NÃO

FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

No que diz respeito às visitas dos funcionários ao próprio parque, metade deles confirmaram que praticam o seu lazer no local de trabalho, em suas horas vagas. Por outro lado, a outra metade prefere ir a outros lugares.

GRÁFICO 04: IMPORTÂNCIA DO PARQUE: JUSTIFICATIVAS

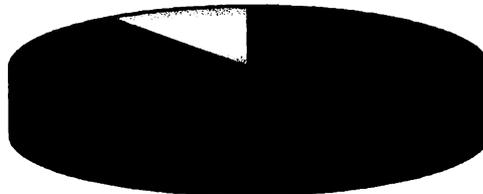


- Beleza
- Agradável para passeio
- Área de Lazer dentro de área urbana
- Nicho ecológico p/ reprodução de animais
- Natureza, mata nativa

FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Com relação à importância do parque para a cidade, os funcionários (com exceção de um) concordaram por unanimidade que o mesmo era de suma importância não só para a cidade de Londrina, como também para a sua população, apresentando as justificativas no gráfico acima, destacando-se que além da atração ambiental, a natureza tornou-se fator expressivo de peso.

GRÁFICO 05: DIVULGAÇÃO



- Sim
- Não

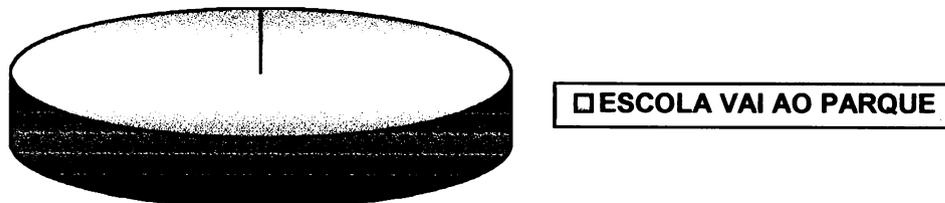
FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Em geral, os funcionários mencionaram que divulgam a imagem do parque, sendo que destes 10 funcionários, nove indivíduos convidavam, ou falavam do parque para parentes e amigos que recebiam de fora. Enquanto que apenas um não convidava ou falava a respeito do parque, alegando que os parentes e amigos moravam longe.

As justificativas destes nove funcionários foram: contato com a Natureza, ou possibilidade de curtir a natureza; trata-se de uma das poucas áreas de Lazer; é um lugar maravilhoso; possui ar puro e é dono de uma rara beleza; há possibilidade de divulgação para outras pessoas, de divulgação da cidade e preservação da natureza. A citação nominal como área de Lazer foi efetuada por um dos

funcionários, mas deve-se ressaltar que a preocupação com a imagem/divulgação da cidade de Londrina e do Parque Arthur Thomas foi apresentada por todos.

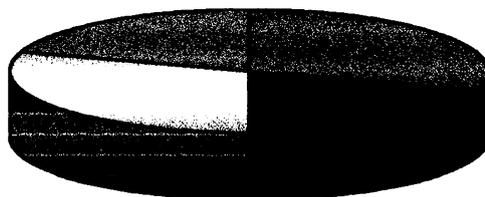
GRÁFICO 06: EDUCAÇÃO AMBIENTAL



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Todos salientaram que a atividade mais comum era relativa à educação ambiental, sendo o projeto “Escola vai ao Parque”, sua atividade atual.

GRÁFICO 07: CONSIDERAM COMO ATRATIVO TURÍSTICO

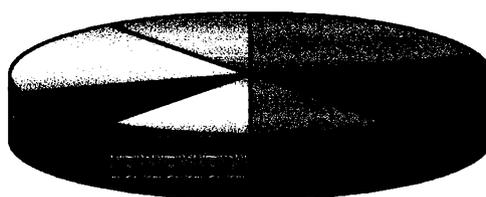


■ Natureza	■ Localização de áreas verdes em área urbana	□ Beleza local	■ Área de Lazer
------------	----------------------------------------------	----------------	-----------------

FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Todos o consideraram como atrativo turístico, sendo que, como justificativas, apresentaram a natureza, a localização de áreas verdes dentro da área urbana, pela beleza local e por ser uma área de Lazer.

GRÁFICO 08: SUGESTÕES



■ Melhorias na Infra-estrutura	■ Investimento da Prefeitura
■ Criação de um Zoológico	■ Reforma geral
□ Reforma para atrair investimentos	■ Parque infantil
□ Segurança	■ Exposições

FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Todas as sugestões relacionadas no gráfico anterior, foram pontuadas diversas vezes, resultando num certo equilíbrio entre elas. E os itens assemelharam-se aos apresentados pelos visitantes.

9. COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS

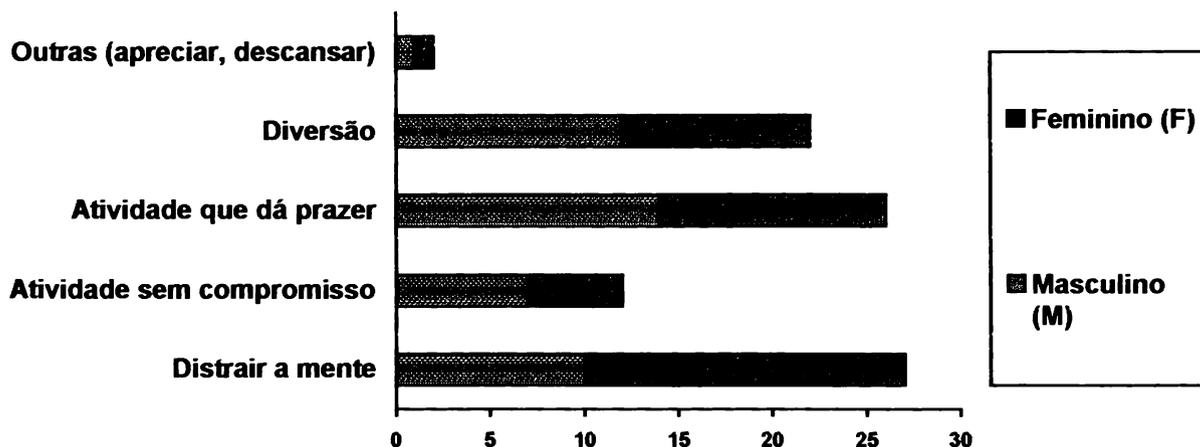
Após a análise dos dados obtidos através do questionário dirigido aos dois grupos – visitantes e funcionários – pode-se definir as características que o parque possuía como área de lazer, e se o mesmo podia ser explorado como um atrativo turístico.

Para os dois grupos, verificou-se que a área do Parque Arthur Thomas é utilizada nos momentos de lazer, onde buscam um contato com a natureza, desfrutando de suas áreas verdes. A idade deles foi bem variada, mas percebeu-se uma média entre os 31 aos 40 anos de idade. Enquanto que entre os funcionários existia uma certo equilíbrio entre os níveis de ensino, já no visitante houve uma predominância no ensino de 2º grau.

Para melhor compreensão dos números oferecidos pelas tabelas, que mostram o perfil do visitante, segue-se adiante alguns gráficos.

As variantes giram em torno dos temas e suas relações entre si – LAZER x SEXO, ESCOLARIDADE x SEXO, LAZER x ESCOLARIDADE, SEXO x INFRA-ESTRUTURA, ESCOLARIDADE x SEXO x INFRA-ESTRUTURA, RENDA x SEXO, RENDA x INFRA-ESTRUTURA x SEXO, IMPORTÂNCIA DO PAT x SEXO x ESCOLARIDADE, os que VÊEM O PARQUE COMO UM ATRATIVO, sendo que nas legendas dos gráficos, os símbolos (M) e (F) se referem aos sexos Masculino e Feminino, respectivamente – e que servem para demonstrar as características dos visitantes e, sua visão do parque que freqüentam, bem como da importância do mesmo para o meio turístico.

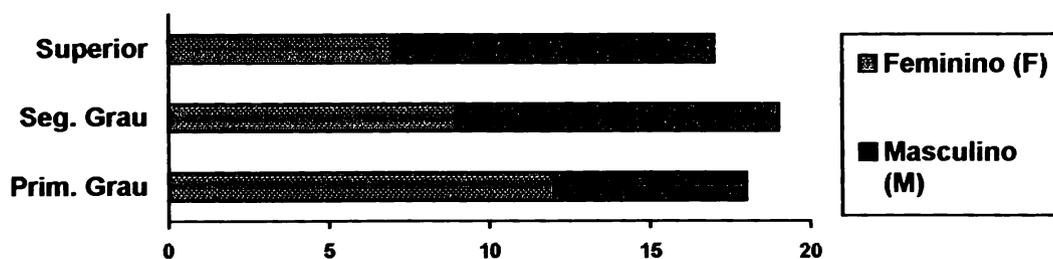
GRÁFICO 09: LAZER x SEXO



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Observa-se, no gráfico acima, que as mulheres associaram Lazer à atividade que dá prazer – foram 14 respostas para este item – enquanto que os homens (17) consideraram distrair a mente de problemas como a função ou o sentido do Lazer. Um dos fatores citados foi o caso de que, uma vez que se encontravam em plena atividade profissional, a visita ao parque oferece uma oportunidade única para deixarem de lado as preocupações, e renovarem o espírito e os laços para com os familiares – neste caso filhos ou filhas que pouco se divertem quando seus pais estão trabalhando, ou mesmo quando estas crianças (jovens e adolescentes também) estão estudando.

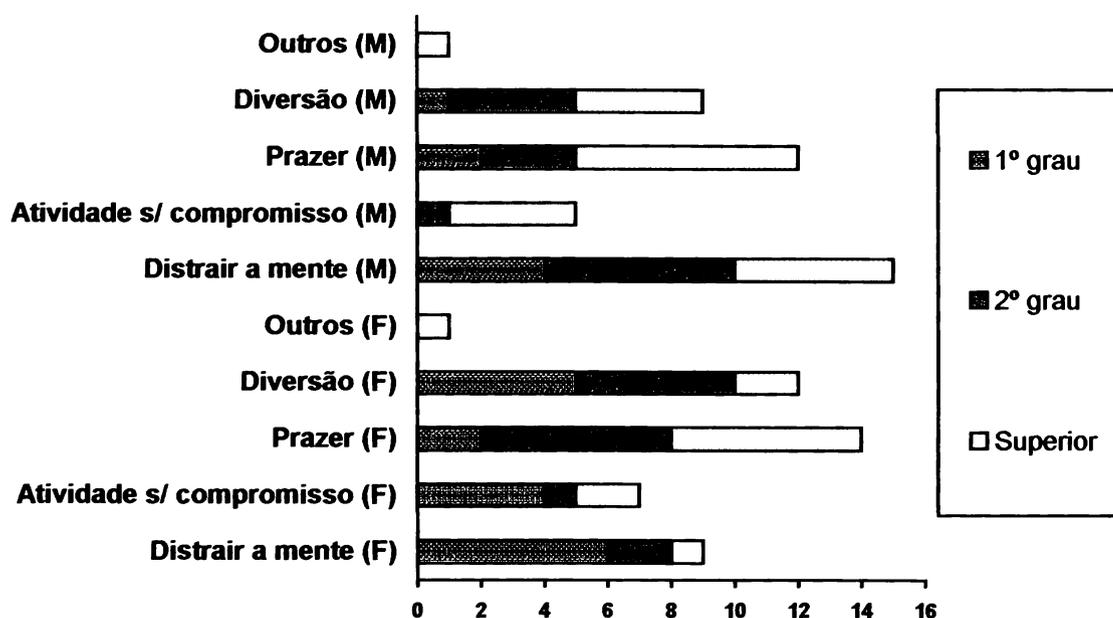
GRÁFICO 10: ESCOLARIDADE x SEXO



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

O grau de escolaridade demonstra que os visitantes do sexo Feminino foram dominantes no campo do primeiro grau, enquanto que os visitantes do sexo Masculino predominaram os de segundo e terceiro graus.

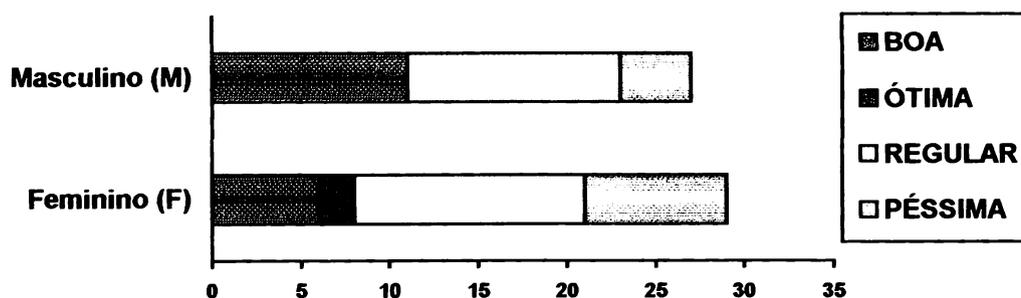
GRÁFICO 11: LAZER x ESCOLARIDADE



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Observa-se que aqueles que possuíam maior grau de escolaridade relacionaram mais o lazer com prazer, até mesmo as pessoas, ao se referirem sobre os momentos em que vinham ao parque apenas por não terem compromissos de espécie alguma, caracterizaram esse momento como uma forma de prazer e diversão, pois o praticam fora de horários obrigatórios, ou de serviço, e, o faziam para se distraírem de preocupações do dia-a-dia.

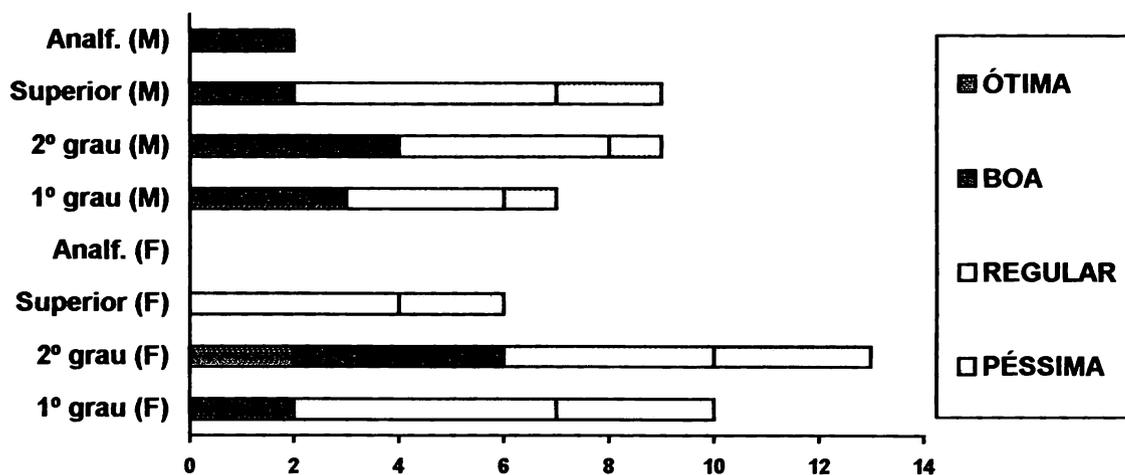
GRÁFICO 12: SEXO x INFRA-ESTRUTURA



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

Um visitante com 3º grau masculino não respondeu alegando não possuir subsídios para avaliar o parque. Tanto os Homens como as Mulheres avaliaram a infra-estrutura segundo o que lhes pareceu mais importante, redundando numa posição bem definida como sendo a opção "REGULAR".

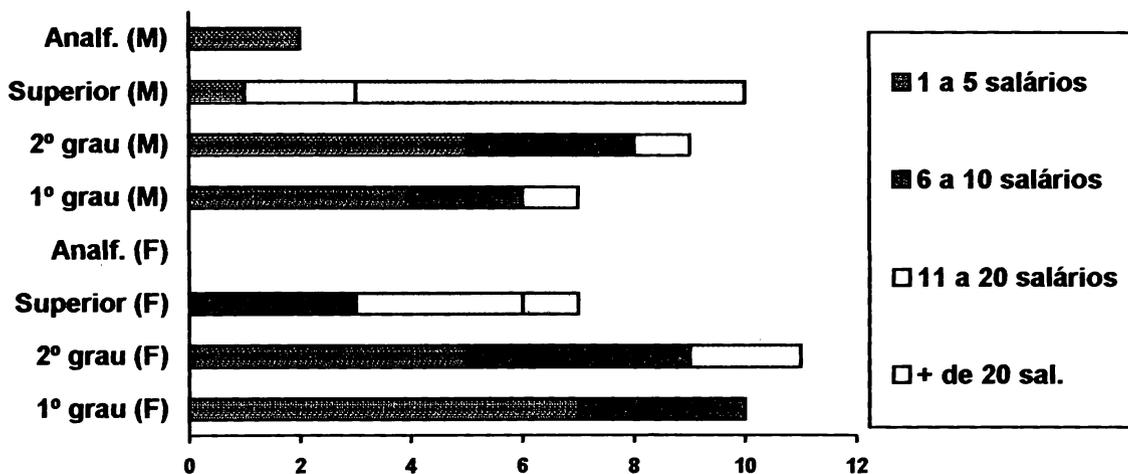
GRÁFICO 13: ESCOLARIDADE x SEXO x INFRA-ESTRUTURA



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

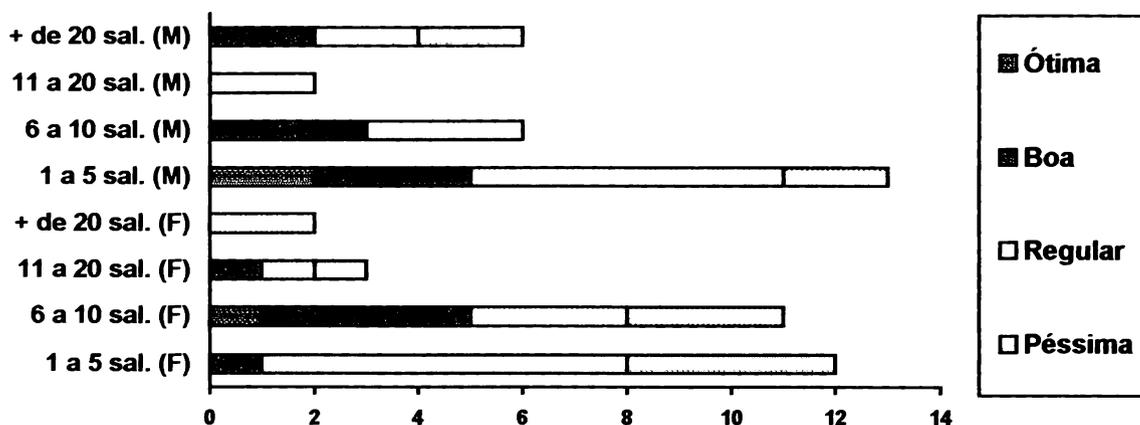
Segundo o gráfico acima, mesmo os que possuíam menor grau de estudos conseguiram perceber detalhes que prejudicam a infra-estrutura do parque, prevalecendo a indicação de que o parque realmente necessita de melhorias.

GRÁFICO 14: RENDA x SEXO



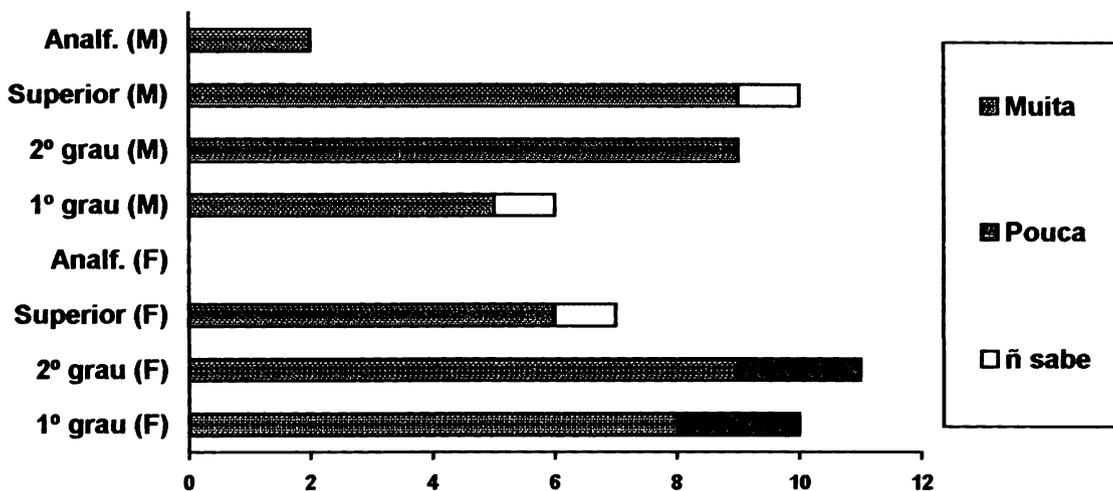
FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

A maioria dos visitantes se situaram na faixa de 1 a 5 salários mínimos, sendo que no sexo feminino houve uma diferença mínima no que diz respeito à faixa salarial de 6 a 10 salários para a primeira. No entanto, apenas no gráfico referente aos homens é que surge algum indício da presença de analfabetismo. Sendo considerado de predominância masculina o grau superior, e os primeiro e segundo graus para o domínio feminino.

GRÁFICO 15: RENDA x INFRA-ESTRUTURA x SEXO

FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

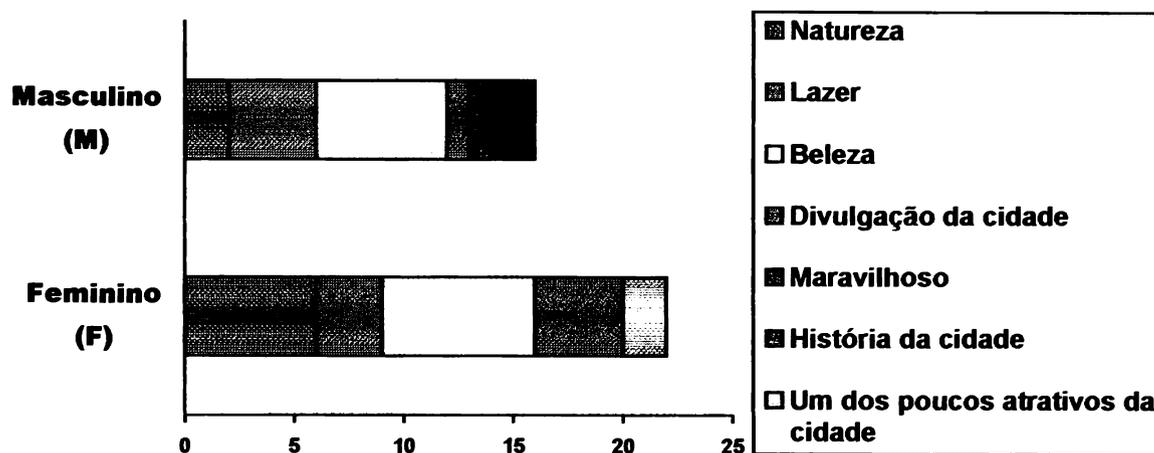
Os visitantes dividiram suas respostas quanto aos itens selecionados. Notou-se que tanto as mulheres como os homens foram críticos quanto às condições do parque. Fizeram essa análise levando em conta o estado dos itens mais comuns que encontraram – tais como escadas, ausência de segurança, banheiros e latões de lixo – e, portanto os itens, segundo eles, mais importantes do parque.

GRÁFICO 16: IMPORTÂNCIA DO PAT x SEXO x ESCOLARIDADE

FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

A alternativa “NÃO SABE” refere-se àqueles que foram ao parque pela primeira vez. Assim é que as pessoas que assinalaram a alternativa em branco da tabela acima, preferiram não expressar suas opiniões a respeito da importância do parque.

GRÁFICO 17: VISÃO DO PARQUE COMO UM ATRATIVO



FONTE: SILVA, Mara, op. cit., Londrina/PR.

No gráfico acima pode-se notar que houveram itens comuns entre os sexos, mas, acrescentaram, cada um à sua maneira, o que mais consideraram também essencial: os Homens consideraram o parque maravilhoso e o denotaram como sendo parte importante da história da cidade, enquanto que as mulheres acrescentaram como sendo um dos poucos atrativos da cidade.

Quanto à infra-estrutura e, os serviços oferecidos pelo parque, percebeu-se, através dos dois grupos, que havia carência de manutenção e isto tornou-se claro quando se pediu sugestões de melhorias, pois eles citaram itens básicos à estrutura de um parque, como por exemplo a segurança, a conservação, e a limpeza dos pontos ecológicos. Com relação aos visitantes, em muitos casos, pareceu haver um certo desconhecimento dos mesmos para com o ambiente natural e, ou a preservação do local. Isto se refletiu nas respostas dadas às melhorias de que necessitam o parque onde, apesar de alguns itens serem necessários (como os citados acima), ainda assim continuam muitos itens desnecessários – houve quem opinasse pela construção de um campo de futebol dentro do parque, de churrasqueiras, de teleférico – e, que se fossem aplicados poriam em risco a área do parque no sentido de sua preservação natural.

Quanto ao grupo dos funcionários, notou-se que a preocupação com a preservação ambiental envolveu tanto aqueles que trabalhavam diretamente com o ecossistema, até os da área administrativa do parque, por que todos denotaram conhecimento das atividades desenvolvidas para a comunidade de Londrina

utilizando o Parque Arthur Thomas. Normalmente, atividades voltadas para a educação ambiental.

Quase todos foram unânimes em afirmar que o parque é um atrativo turístico da cidade de Londrina, e ressaltaram a necessidade de melhorias e adequações, de modo que o mesmo viesse a atender satisfatoriamente dentro da função de área de lazer e recreação. Isso, levando em conta a preservação da mata nativa que o mesmo abriga.

10. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Através dos gráficos e tabelas, percebeu-se uma visão do visitante, bem definida, de interessado na atratividade do parque. Seja por causa de suas belezas naturais, pelo clima, por ser um lugar agradável, ou mesmo por ser parte da história e memória da região, tudo isso tornou-se justificativa para o visitante classificar o lugar como sendo próprio ao turismo. Eis porque a educação ambiental pode tornar-se um processo de fácil aplicação e aceitação: o visitante está interessado no parque.

Entretanto, numa análise realizada no local, durante a pesquisa *in loco*, enquanto se aplicava os questionários, foi observado que o parque ainda necessitava de reformas para alcançar a qualidade necessária para o turismo sustentável.

Todavia, no que diz respeito à utilização do Parque Arthur Thomas como área de lazer e recreação, constatou-se que ele possui ampla área com possibilidades de futuras instalações, caso sejam aceitas as melhorias propostas pelos visitantes, pois embora esta pesquisa não visasse influenciar diretamente o objeto em questão, pode-se perceber que tais melhorias se faziam necessárias ao local, pelo menos é o que demonstrou a pesquisa após a aplicação do questionário.

Portanto, além da área ao redor do lago já estar sendo utilizada pelas famílias como área de lazer – o próprio lago já é explorado com o uso de

“pedalinhos” para passeio sobre o mesmo – havendo outros pontos em que podem ser implantadas estruturas adjacentes para benefício do visitante, tais como a proposta do parque infantil.

Com relação às áreas de proteção ambiental, ainda há que se levar em conta que as mesmas constituem quase 80% do parque, e portanto, ainda necessitam de determinadas melhorias, tais como: segurança para os visitantes e, também para as áreas visitadas (com o intuito de evitar depredação e poluição dos mesmos); fiscalização das trilhas e divisas, bem como dos acessos comuns (calçadas e mirantes); controle que permita delimitar até onde o visitante pode ir (Plano de Manejo).

Isto tudo foi observado não só a partir das respostas dos visitantes e funcionários frente ao questionário proposto, como também da pesquisa *in loco* realizada pela autora deste trabalho. Depois de observadas essas propostas de melhorias e, aplicadas as devidas reformas, aí sim, pode-se passar à questão da atratividade do parque. De uma melhor exploração pelo turismo.

Portanto, após o resultado das pesquisas, procedeu-se a verificar a pertinência das hipóteses.

Quanto à **Hipótese 1^a**, foi confirmada, pois através dos questionários descobriu-se que havia deficiências na infra-estrutura, sendo necessário a aplicação de uma reforma que venha a atender o público de forma conveniente. Sem levar em conta, é claro, os pedidos esdrúxulos (como um campo de futebol dentro do parque, por exemplo) que só viriam a prejudicar a preservação dos restos de mata nativa.

Em relação à **Hipótese 2^a**, também foi confirmada, pois percebeu-se que apesar dos projetos levantados para a preservação do parque, os visitantes, de modo geral, ainda penetram por trilhas deixando sinais de sua passagem (seja através de depredação ou do lixo que abandonam no local) não dando a mínima atenção à poluição que provocam. Pelos questionários também percebeu-se um desinteresse quando, apesar de destacar a importância do parque, ainda sugeriam

modificações que eram contrárias às idéias de conservação e preservação, como pode ser percebido na TABELA 19, nos destaques em negrito.

Finalmente, a **Hipótese 3ª**, foi refutada visto que as atividades turísticas desenvolvidas no parque foram inaceitáveis, pois ainda não havia sido implantado o seu plano de manejo, para adequá-lo às necessidades requeridas.

CONCLUSÃO

Após ser apresentado o conceito de Unidade de Conservação, e da necessidade das áreas de Lazer para o ser humano moderno, foi possível de verificar se o Parque Arthur Thomas possuía, ou não, qualificações para ser considerado como uma área de lazer e de recreação, ou mesmo, de área de preservação e conservação, podendo daí concluir se o mesmo era até então um atrativo adequado para a exploração do turismo.

No capítulo anterior, onde foi apresentado o objeto deste trabalho na íntegra, percebeu-se que um dos problemas do parque estava justamente nas formas de relação entre o ser Humano e a Natureza, tornando-se necessário o investimento na educação ambiental.

Ou isso, ou então a proibição das pessoas de entrarem em contato com a natureza, pois, quase sempre, esse contato – seja num ambiente de mata nativa conservada, até num mero parque – resulta em poluição generalizada, além da destruição do ecossistema do local. Visto que são poucas as áreas preservadas, a crescente explosão demográfica tende a ocasionar que os resquícios de mata nativa diminuam cada vez mais.

A educação ambiental torna-se a única opção viável para atenuar o impacto entre o ser Humano e a Natureza, pois ambos estão intrinsecamente ligados.

O Parque Arthur Thomas, como área de preservação e, ao mesmo tempo, como área de lazer e recreação, torna-se exemplo do que pode acontecer nesta estreita relação entre o ser Humano e o Meio Ambiente. Apesar de possuir latões e cestos apropriados para a coleta do lixo, o número deles é muito inferior para a área total do parque – além do que, a falta de fiscalização não impede que os próprios visitantes joguem o lixo na água do lago, na cachoeira, ou no meio da mata.

Ao se realizar a pesquisa através dos questionários – conforme apresentados em anexo a este trabalho – procurou-se definir o perfil do visitante casual e usual do parque, afim de descobrir se o local em si estava realmente preparado para atendê-los. Ou seja, se sua infra-estrutura era adequada para o atendimento ao público em geral.

Verificou-se que, todos os que visitavam o parque, possuíam um nível de escolaridade (entre o 1º grau e o superior) que permitem a eles distinguir as necessidades da área de lazer e área natural, tornando possível a compreensão da relação entre Lazer e Meio Ambiente. Portanto, há possibilidade de que a aplicação da educação ambiental, que irá remeter à valorização do parque, venha a modificar o comportamento dos visitantes perante a natureza, como também a capacidade de transmitirem tais informações para outros indivíduos, convidando-os para conhecer o Parque Arthur Thomas.

O que se notou no parque foi a falta de manutenção com a infra-estrutura voltada para o turismo, existindo os equipamentos necessários básicos (sanitários, lixeiras, ...), mas a questão é que eram poucos, e não adequados para o número de visitantes que o parque recebe.

É indiscutível a importância de se trabalhar o desenvolvimento do turismo no contexto de parcerias entre o poder público e o privado, criando as atividades voltadas para o turismo que poderão contribuir para melhorias tais como a sinalização, transporte, e, ou, hospedagens.

O que exige-se no parque – criado como um parque municipal – que não possuía ainda, mas que já estava em elaboração, era o seu plano de manejo. Ocorre também dele ainda não possuir os equipamentos necessários para ser enquadrado como área de lazer. Isto o favorece no momento, pois permite a criação, ou o planejamento de seu plano de manejo, dentro das características necessárias para que o seu desenvolvimento ocorra de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável do turismo contribuindo assim, com a formação de uma sociedade econômica, social, e culturalmente mais justa e integrada.

Quanto à questão do zoneamento e à capacidade de carga – identificou-se que o parque recebe um número expressivo de visitantes nos fins de semana – sendo adequada a sua aplicação para evitar a destruição da área em geral, como resultado da invasão e depredação promovida pelos visitantes. Para evitar isso, torna-se necessário aperfeiçoar dois itens: segurança e educação ambiental.

Este trabalho é apenas para mostrar que há necessidade de desenvolver esses itens para que o parque possa se equipar de forma completa, para atender aos visitantes e usuários com qualidade.

Assim é que tem-se no visitante ou usuário, uma personalidade que age sobre a área de preservação, que é o parque, para dele conseguir o conforto e paz de espírito para si, em troca da preservação e conservação do mesmo meio ambiente nativo.

O Parque Arthur Thomas tornou-se um ponto ideal de lazer e recreação, e também de aplicação de projetos como o projeto “Escola vai ao Parque”, onde crianças e adolescentes, jovens e adultos vão para desfrutar de um contato mais íntimo com a natureza.

Através das respostas dos visitantes e funcionários, o parque pareceu ser ideal como área de lazer mas, em vista dos gráficos e propostas de melhorias, percebeu-se que ainda havia muito o que fazer para possuir as adequações necessárias para um turismo sustentável. Vale lembrar que a maioria dos visitantes que participaram dos questionários, eram do período do fim de semana, ou seja, eram visitantes casuais, e portanto, suas observações representavam as necessidades e características comuns aos turistas que viriam visitar o parque, pois se visitavam o local uma vez ou outra, e ainda assim perceberam deficiências em sua estrutura, significa que a qualidade dos serviços e a infra-estrutura do parque estavam realmente inadequados para o turismo em geral.

Com relação às condições de infra-estrutura do parque, as respostas dos funcionários, tomaram-se testemunhos fidedignos da situação real do local, visto que são os indivíduos que não só trabalham no local, mas que também transitam pelo

interior do parque. E, uma vez que até o visitante casual classificou a infra-estrutura como sendo regular, percebeu-se que os fatos estavam por demais evidentes, o que tornava o local impróprio para o turismo.

No que diz respeito à importância do parque, à sua infra-estrutura e, à visão do parque como atrativo turístico, os resultados dos questionários, por vezes pareceram contraditórios, pois é difícil entender que um parque, com uma infra-estrutura tão criticada, venha ainda assim a ser considerado como atrativo turístico. Pois, quanto à infra-estrutura teve-se:

- quase todos concordaram que havia deficiências e precariedades, como a falta de sinalização, escadas e vias de acesso necessitando de reformas, e etc.;

. Quanto à questão da atratividade do parque:

- a maioria foi unânime em afirmar que o parque é um ótimo ponto atrativo para a cidade de Londrina;

Pode-se dizer que, tantos os funcionários quanto os visitantes, não distinguem bem a diferença entre atratividade e estrutura do meio considerado atrativo. Como que levados pela propaganda turística que induz a achar que todo meio ambiente conservado – ou explorado – é uma atração turística, não importando se sua estrutura está preparada para receber visitantes. Os que responderam às questões pareceram não discernir entre uma questão e a outra.

Deste modo descobriu-se que os objetivos propostos neste trabalho, foram relativamente alcançados, pois o Parque Arthur Thomas possuía, uma importância como atrativo (seja para a cidade, ou para os seus moradores) chegando mesmo a gerar benefícios à população da cidade em que se localizava, na forma de uma área de recreação. Embora, deste delineamento dos objetivos tenha sido confirmada a indagação proposta como problema neste trabalho: o impacto do visitante sobre o parque apresentou-se nocivo o bastante para prejudicar a conservação e preservação do meio ambiente.

Deve ficar claro que, este trabalho, por mais crítico que seja, não pretendeu de maneira alguma impor reformas, ou mesmo responder às questões levantadas durante o processo da pesquisa.

Ainda assim, sugere-se que, com as devidas reformas e acréscimos das melhorias citadas pelos visitantes, aí sim seria possível considerá-lo adequado para o turismo. Isto é importante para se levar em consideração que, no pensamento do visitante há uma variável importante a ser levada em conta: a interação do indivíduo com o meio ambiente.

Considerando que a maioria dos indivíduos que foram ao parque queriam, de alguma forma, ver e aprender coisas novas, deve-se levar em conta a necessidade da educação ambiental destas pessoas, pois, as mesmas, têm influência sobre os ambientes nos quais vivem.

A isto requer medidas ecológicas como a educação para o turismo que, através da comunicação e, ou da interpretação da educação ambiental – seja por meios mecânicos, ou por guias no local – venham a moldar o pensamento coletivo com relação ao ambiente em que vivem e, induzir esses indivíduos a aplicar soluções que venham a melhorar a relação entre o Homem e a Natureza. Afim de evitar um grande impacto sobre determinadas áreas ou sítios específicos, como o fazem ainda alguns visitantes quando saem das trilhas para penetrar nos habitat dos animais ainda nativos do parque.

Para isso, toma-se necessário idealizar uma maneira mais eficaz de informar, e aumentar a compreensão dos visitantes quanto às áreas que visitam, deste modo mudando a atitude e características dos mesmos para que venham a apreciar melhor o meio ambiente. Aumentar a satisfação dos visitantes, quanto às áreas que visitam, é o primeiro passo para conseguir sua cooperação.

SUGESTÕES COM RELAÇÃO AO PARQUE ARTHUR THOMAS

A melhor proposta que viria a adequar o parque para o turismo, seria a participação, em conjunto, dos indivíduos interessados na atratividade do parque, na preservação e conservação de seu meio ambiente, e, em suas áreas de lazer, na formulação do plano de manejo.

Pois somente com um grupo misto que leve em conta, não só a preservação das áreas voltadas à ciência, mas, também do valor turístico, é que será possível um planejamento bem estruturado para o parque, melhorando sua infra-estrutura.

Fica aqui então, uma proposta direta desta monografia, que, embora pretendendo servir apenas como base para outros futuros estudos, sobre o tema em questão, sugere-se a formação de um grupo misto de indivíduos, que levando em conta as necessidades, ou os interesses, respectivos de cada departamento (do turismo, da preservação ...), para a aplicação do plano de manejo no Parque Arthur Thomas, o faça de maneira a conseguir uma melhoria geral em todos os aspectos (infra-estrutura, preservação e estrutura de lazer), que irá corresponder para a atratividade do mesmo.

Por se tratar de um assunto fundamental para a formação do indivíduo na sociedade em geral, a educação ambiental dentro do parque, deve ser trabalhada através de propostas de desenvolvimento de atividades para a comunidade, utilizando a parceria com outros setores do governo, se necessário. Pois se constituem tanto como áreas propícias para o lazer ativo quanto para o lazer passivo. Para se alcançar esta perspectiva, deve-se verificar qual a política, ou qual o programa que os responsáveis pelo parque adotam e, trabalhar juntamente com a comunidade para saber o que buscam no parque, e com isso adequá-lo às necessidades exigidas, propiciando momentos de lazer e de recreação que atendam aos interesses dos visitantes em geral. Desta perspectiva, a conservação ambiental é meta de importância idêntica à eficiência e à justiça social para a geração de empregos, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Marcos Cruz. *Conscientização Turística em Antonina, Paraná*.
IN: Turismo em Análise, vol. 10, n.º 1, maio de 1999, Ed. ECA Escola de Comunicações e Artes da USP, (pp. 75-91).
- ANDRADE, J. V. *Fundamentos e dimensões do turismo*. São Paulo: Ática, 1997.
- ANEXO I DA PORTARIA n.º 134/97 do IAP. (Lei)
- BACAL, Sarah. *Lazer, Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Ed. Loyola, 1988.
- BAHL, Miguel. *Legados Étnicos na cidade de Curitiba: Opção para a Diversificação da oferta turística local*. São Paulo: ECAUSP, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- BARRETO, M. *Planejamento e organização em turismo*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.

BENI, Mário Carlos. *Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo*. In: Turismo em Análise, vol. 10, n.º 1, maio de 1999, Ed. ECA Escola de Comunicações e Artes da USP, (pp. 07-17).

BRAMANTE, Antonio Carlos. *O programa Lazer*. IN: Comunidade Esportiva, n.º 9, nov., 1980.

_____. *Políticas públicas para o Lazer: o envolvimento de diferentes setores*. IN: O lúdico e as políticas públicas: realidades e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.

BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO TURISMO. *Município-potencial Turístico: Orientação às Prefeituras Municipais*. Brasília: EMBRATUR, 1992.

CADERNO da Biodiversidade.(org.) João Batista Campos. V. 1, n.º 1, Curitiba: DIBAP/IAP, jul. 1998.

CAMARGO, Luis Octávio de Lima. *Educação para o Lazer*. Col. Polêmica, São Paulo: Moderna, 1998.

CAVALLARI, Vinícius Ricardo, ZACHARIAS, Vany. *Trabalhando com recreação*. 2ª ed., São Paulo: ÍCONE, 1994.

CERVI, Emerson. *Parques podem ter serviços terceirizados*. Col. Turismo Verde, IN: Folha de Londrina, Quinta-f., 11 de nov., 1999, (p. 03). (jornal)

COMUNIDADE Esportiva. *Lazer de Corpo e Arte*. Equipe Técnica do SESC/SP, ano III, n.º 18, maio-jun., 1982.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Furuta, 1998.

DIECKERT, Jürgen. *Parque de Lazer e de esporte para todos*. Santa Maria: MEC/SEED, 1983.

DILGER, R.; CAMPOS, J. B.; OLIVEIRA, J. C.; OLIVEIRA, D. R. de; LOUREIRO, W. *Bases Metodológicas para estabelecimento de planos de manejo dinâmicos em unidades de conservação: o caso da Estação Ecológica do CAIUÁ – Paraná – Brasil*. IN: Cadernos da Biodiversidade, v. 1, n.º 2, dez. 1998.

GAELZER, Lenea. *Lazer: benção ou maldição*. Porto Alegre: Sulina, ed. da UFRS, 1979.

IGNARRA, Luiz Renato. *Planejamento turístico e municipal: um modelo brasileiro*. 2ª edição, CTI Edições Técnicas, [s.a.].

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. 2ª ed., Campinas / São Paulo: PAPIRUS, 1990.

_____. *Lazer e Humanização*. 2ª ed., Campinas / São Paulo: PAPIRUS, 1995.

- MILANO, Miguel Serediuk. *Unidades de Conservação: conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração*. [s.e.], Curitiba, 1993.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR, Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). *Educação Ambiental*. Brasília, 1977.
- NIEFER, Inge Andrea; SILVA, João Carlos G.L. da. *Crítérios para um ecoturismo ambientalmente saudável*. IN: Cadernos da Biodiversidade, v. 2, n.º 1, Jul. 1999.
- OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl de. *Oficina de Educação Ambiental*. ICASE – Encontro de Ciências Íbero-Americana, Curitiba, 1999.
- ORNELAS, Maria Edilene. *Degradação ambiental em áreas de Preservação: Parque Arthur Thomas Londrina/Paraná*, 1991. (Monografia de Conclusão de Curso, UEL, julho/91). (Monografia)
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do turismo*. Campinas/SP: Papirus, 1995.
- PARQUE Arthur Thomas. <http://www.londrina.gov.br/psiu> (acessado pelo sistema de busca cade.com, com a palavra-chave “parque”, em dezembro de 1999).
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: Proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção turismo).
- SILVA, Lauro Leal da. *Ecologia: manejo de áreas silvestres*. Santa Maria: MMA, FNMA, FATEC, 1996.

SILVA, Silva Mara Ribeiro. Questionários aplicados aos visitantes e funcionários do Parque Arthur Thomas. Londrina, Nov. 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SENAC. *Estudos de turismo e Hotelaria*. São Paulo: SENAC.

ALVES, Marcos Cruz. *Conscientização Turística em Antonina, Paraná*. IN: Turismo em Análise, vol. 10, n.º 1, maio de 1999, Ed. ECA Escola de Comunicações e Artes da USP, (pp. 75-91).

ANDRADE, J. V. *Fundamentos e dimensões do turismo*. São Paulo: Ática, 1997.

ANEXO I DA PORTARIA n.º 134/97 do IAP. (Lei)

BACAL, Sarah. *Lazer, Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Ed. Loyola, 1988.

BAHL, Miguel. *Legados Étnicos na cidade de Curitiba: Opção para a Diversificação da oferta turística local*. São Paulo: ECAUSP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papyrus, 1995.

BARRETO, M. *Planejamento e organização em turismo*. 2ª ed., Campinas: Papirus, 1996.

BENI, Mário C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. *Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo*. In: *Turismo em Análise*, vol. 10, n.º 1, maio de 1999, Ed. ECA – Escola de Comunicações e Artes da USP, (pp. 07-17).

BOOS, Maria Lúcia. *Uma proposta de Lazer para os trabalhadores da UFSC*. IN: *Pesquisando o Lazer/Recreação na perspectiva da graduação em educação física da UFSC*. Ed. Da UFSC, 1995.

BRAMANTE, Antonio Carlos. *O programa Lazer*. IN: *Comunidade Esportiva*, n.º 9, nov., 1980.

_____. *Políticas públicas para o Lazer: o envolvimento de diferentes setores*. IN: *O lúdico e as políticas públicas: realidades e perspectivas*. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.

BRANCO, Samuel. *Elementos de ciência do ambiente*. São Paulo: SETESB/ASCETESP, 1987.

_____. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

BRASIL – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DO
TURISMO. *Município-potencial Turístico: Orientação às Prefeituras
Municipais*. Brasília: EMBRATUR, 1992.

_____. *Degradação ambiental em áreas de Preservação:
Parque Arthur Thomas Londrina/Paraná*, UEL, 1991.

CADERNO da Biodiversidade. (org.) João Batista Campos. V. 1, n.º 1,
Curitiba: DIBAP/IAP, jul. 1998.

CAMARGO, Luis Octávio de Lima. *Educação para o Lazer*. Col.
Polêmica, São Paulo: Moderna, 1998.

CAMPOS, Luís Cláudio de A. M.; GONÇALVES, Maria H. Barreto.
Introdução ao turismo e Hotelaria. Rio de Janeiro: SENAC, 1998.

CARVALHO JR., Evanely A. *O Lazer, o meio ambiente, o meio líquido e
o turismo na cidade de Florianópolis*. IN: Pesquisando o
Lazer/Recreação na perspectiva da graduação em educação física
da UFSC, Ed. da UFSC, 1995.

CAVALCANTI, Hylde. *Caminhos da natureza nos parques nacionais*.
Caderno Viagens & Negócios, IN: Gazeta Mercantil, Quinta-feira, 25
de fev., 1999 (p. 1). (jornal)

CAVALLARI, Vinícius Ricardo, ZACHARIAS, Vany. *Trabalhando com
recreação*. 2ª ed., São Paulo: ÍCONE, 1994.

- CERVI, Emerson. *Parques podem ter serviços terceirizados*. Col. Turismo Verde, IN: Folha de Londrina, Quinta-feira, 11 de nov., 1999, (p. 03). (jornal)
- COMUNIDADE Esportiva. *Lazer de Corpo e Arte*. Equipe Técnica do SESC/SP, ano III, n.º 18, maio-jun., 1982.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Furuta, 1998.
- DIECKERT, Jürgen. *Parque de Lazer e de esporte para todos*. Santa Maria: MEC/SEED, 1983.
- DILGER, R.; CAMPOS, J. B.; OLIVEIRA, J. C.; OLIVEIRA, D. R. de; LOUREIRO, W. *Bases Metodológicas para estabelecimento de planos de manejo dinâmicos em unidades de conservação: o caso da Estação Ecológica do CAIUÁ – Paraná – Brasil*. IN: Cadernos da Biodiversidade, v. 1, n.º 2, dez. 1998.
- ESTUDOS de turismo e hotelaria. São Paulo: SENAC, [s.a.].
- FILHO, Oscar S. C. *Área de Lazer: Parque Juca Mulato*. IN: Comunidade Esportiva, ano II, n.º 14, Itapira/SP, maio-jun., 1981.
- GAEZLER, Lenea. *Lazer: benção ou maldição*. Porto Alegre: Sulina, ed. da UFRS, 1979.
- GRAMACHO, Wladimir. *Parques nacionais dão prejuízo*. Col. Nacional, IN: Gazeta Mercantil, 25 de jan., 1996 (p. A-6).

IGNARRA, Luiz Renato. *Planejamento turístico e municipal: um modelo brasileiro*. 2ª edição, CTI Edições Técnicas, [s.a.].

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Humanização*. 2ª ed., Campinas/SP: PAPIRUS, 1995.

MILANO, Miguel Serediuk. *Unidades de Conservação: conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração*. [s.e.], Curitiba, 1993.

MINISTÉRIO DO INTERIOR, Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). *Educação Ambiental*. Brasília, 1977.

NIEFER, Inge Andrea; SILVA, João Carlos G.L. da. *Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável*. IN: Cadernos da Biodiversidade, v. 2, n.º 1, Jul. 1999.

OBARA, Ana T.; SANTOS, José E. dos; BENZE, Benedito G.; SCHUNK-SILVA, Eraldo. *Valorização econômica de unidades de conservação: caso estudo Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio – SP)*. IN: Cadernos da Biodiversidade, v. 2, n.º 1, jul. 1999.

OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl de. *Oficina de Educação Ambiental*. ICASE – Encontro de Ciências Íbero-Americana, Curitiba, 1999.

- ORNELAS, Maria Edilene. *Degradação ambiental em áreas de Preservação: Parque Arthur Thomas Londrina/Paraná*, 1991. (Monografia de Conclusão de Curso, UEL, julho/91). (Monografia)
- PACHENSKY, Mariza. *Parque Arthur Thomas algumas considerações/ Trechos TG1 de arquitetura*. Londrina/UDEL, [s.a.].
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do turismo*. Campinas/SP: Papirus, 1995.
- PARKER, Stanley. *A sociologia do Lazer*. Zahar Ed., 1978.
- PARQUE Arthur Thomas. <http://www.londrina.gov.br/psiu> (acessado em dezembro de 1999).
- PLANCHART, Isbelia Martín de. *Carpeta de Educación Ambiental para docentes de Educación Básica*. Caracas: CENAMEEC, 1996.
- PROJETO para o livro *Uma história contada pelos bichos*, aprovado pela Secretaria de Cultura do Município de Londrina, Londrina/PR: AMA, [s.a.].
- REQUIXA, Renato. *Sugestão de Diretrizes para uma política nacional de Lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- ROSIQUE, Javier; BARBIERI, Edison. *Ecologia, preservar para viver*. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável. Proteção do Meio Ambiente*. Campinas: Papirus, 1997(Coleção turismo).

SCHIAVETTI, Alexandre, FORESTI, Celina. "*Turismo em unidades de conservação: Parques Estaduais de Campos do Jordão*". In: *Turismo em Análise* , São Paulo, ECA/USP v. 10 n.º1 maio/1999 , p. 47-57.

SILVA, Lauro Leal da. *Ecologia: manejo de áreas silvestres*. Santa Maria: MMA, FNMA, FATEC, 1996.

SILVA, Silva Mara Ribeiro. *Questionários aplicados aos visitantes e funcionários do Parque Arthur Thomas*. Londrina, Nov. 1999.

ANEXO A:

O PERFIL DO VISITANTE DO P.A.T.

Qual a visão que possuem do Parque Arthur Thomas como um atrativo da cidade de Londrina?

Sou aluna do curso de especialização em PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO DA UFPR e o objetivo dessa pesquisa é identificar qual a visão dos visitantes sobre o parque como um atrativo turístico de Londrina. Os dados serão analisados e identificados de forma sigilosa, impossibilitando a identificação de V.S^a. Sua colaboração é fundamental para o êxito deste trabalho.

Muito obrigada. Silva Mara R. Silva

PERFIL DO ENTREVISTADO

1 – SEXO

Feminino Masculino

2 – ESTADO CIVIL

Solteiro(a) Casado(a) Outro

3 – IDADE

4 – ESCOLARIDADE

1º Grau Incompleto 2º Grau Completo
 1º Grau Completo 2º Grau Incompleto
 3º Grau Completo 3º Grau Incompleto

5 – PROFISSÃO

6 – RENDA FAMILIAR TOTAL

- () De 1 A 5 Salários Mínimos
- () De 6 A 10 Salários Mínimos
- () De 11 A 20 Salários Mínimos
- () Acima de 20 Salários Mínimos

7 – QUAL O NÚMERO DE PESSOAS DE SUA FAMÍLIA ?

8 – INDIQUE SE POSSUIR, QUANTAS UNIDADES DOS SEGUINTE ITENS HÁ EM SUA RESIDÊNCIA:

- () Rádio () Geladeira () Lava-Roupa () Microondas
- () Som/Cd () Computador () Banheiros

9 – SUA RESIDÊNCIA É:

- () Própria () Alugada () Financiada

10 – INDIQUE O BAIRRO E A ZONA ONDE MORA

Bairro: _____

Zona: _____

11 – QUAL A CIDADE ONDE MORA

12 QUAL O TRANSPORTE QUE VOCÊ UTILIZOU PARA CHEGAR AO PARQUE?

- () Carro Próprio () Carro Amigos () Ônibus () Outros

Quais? _____

13 – QUAL O MOTIVO A(O) TROUXE AQUI?

- Descanso Área Verde Curiosidade Turismo Saúde
 Lazer Passear Tomar Sol Namorar Fazer Exercício
 Fazer Piquenique Conhecer Pessoas Para Ficar Só Outros
Quais? _____

14 – QUANTAS VEZES JÁ ESTEVE AQUI?

- Todos Os Dias Feriado Domingo/Sábado Ocasionalmente

15 – PERTO DE SUA CASA EXISTEM ÁREAS VERDES

- Sim Não

16 – QUANTAS HORAS COSTUMA PERMANECER NO PARQUE

- De 2 a 4 De 4 a 6 De 6 a 8

17a – VOCÊ FAZ ALGUMA REFEIÇÃO NO PARQUE

- Sim Não

17b – CASO AFIRMATIVO:

- Traz de Casa Compra no Parque

18 – QUANDO VOCÊ VEM AO PARQUE ESTÁ:

- Sozinho(a) Com amigos Com namorada(o) Com a Família
 Traz os Filhos

19 – VOCÊ NORMALMENTE PRATICA ESPORTE NO PARQUE?

20 – EM QUE LUGAR DO PARQUE VOCÊ PRATICA?

21 – PARA VOCÊ O QUE É LAZER?

- Distrair a mente de problemas
- Atividade sem compromisso
- Atividade que dá prazer
- Diversão
- Outro

22 – FEZ ALGUMAS AMIZADES COM PESSOAS QUE ENCONTROU AQUI?

- Muitas
- Poucas
- Algumas
- Nenhuma

23 – ALÉM DO PARQUE ONDE VOCÊ COSTUMA PASSEAR?

- Zerão
- Barragem do Lago Igapó
- Mata do Godói
- Salto Apucarantina
- Outros. Quais?

24 – QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A INFRA-ESTRUTURA (BANHEIRO, BEBEDOURO, LANCHONETE, ESTACIONAMENTO,ETC.

- Ótima
- Boa
- Péssima
- Regular

25 – O QUE PODERIA SER MELHORADO NO PARQUE?

26 – O QUE FALTA NO PARQUE?

27 – QUAL A IMPORTÂNCIA DO PARQUE PARA VOCÊ E PARA CIDADE DE LONDRINA?

- Muita
- Pouca
- Nenhuma
- Não Sei

28 – QUANDO VOCÊ CONVERSA OU MESMO RECEBE PESSOAS DE FORA DE LONDRINA VOCÊ CONVIDA PARA CONHECER O PARQUE?

() Sim () Não. Porque? _____

29 – VOCÊ CONSIDERA O PARQUE UM ATRATIVO TURÍSTICO DA CIDADE DE LONDRINA?

() Sim () Não Por Que? _____

30 – NA SUA OPINIÃO QUAIS SÃO OS ATRATIVOS DE LONDRINA:

() Catedral () Zerão () Lago Igapó () Museu Padre Carlos Weiss

() Museu de Arte () Outros: _____

5 – PROFISSÃO

6 – VOCÊ VISITA O PARQUE ARTHUR THOMAS FORA DO SEU HORÁRIO DE TRABALHO?

() Sim () Não

7 – AO VISITAR, O QUE LHE AGRADA NO PARQUE?

8 – COSTUMA PASSEAR, ONDE?

() Zerão () Mata do Godói () Barragem do Lago Igapó () Rio Tibagi
() Outros

9 – NA SUA OPINIÃO QUAL A IMPORTÂNCIA DO PARQUE ARTHUR THOMAS PARA CIDADE DE LONDRINA E PARA VOCÊ?

() Nenhuma () Muita () Pouca () Outra.

Qual? Porque? _____

10 – QUANDO CONVERSA OU RECEBE AMIGOS, PARENTES, QUE NÃO MORAM EM LONDRINA VOCÊ FALA, CONVIDA PARA CONHECER O PARQUE ARTHUR THOMAS?

() Sim () Não Por Que? _____

11 – QUAIS AS ATIVIDADES QUE A A.M.A. DESENVOLVE PARA A COMUNIDADE DE LONDRINA UTILIZANDO O PARQUE?

R: _____

12 – VOCÊ CONSIDERA O PARQUE ARTHUR THOMAS UM ATRATIVO TURÍSTICO DA CIDADE DE LONDRINA?

() Sim () Não Por Que? _____

13 – NA SUA OPINIÃO QUAIS OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE LONDRINA?

() Catedral () Igapó () Zerão () Museu de Arte de Londrina
() Museu Padre Carlos Weiss () Outros quais? _____

14 – TEM SUGESTÕES PARA FAZER SOBRE O PARQUE?

ANEXO C:

ANEXO I DA PORTARIA 134/97 DO IAP

ANEXO I da Portaria nº 134/97 do IAP – Descrição técnica e legal das Categorias de Manejo de Unidades de Conservação previstas no Decreto Estadual nº 2.791/96, que regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 59/91 e no Decreto Estadual nº 3.446/97.

Ord.	CATEGORIAS DE MANEJO DE UC	CONCEITOS TÉCNICOS E LEGAIS
1	Estações Ecológicas	<p>“São áreas representativas dos ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista”. (Lei nº 6.902/81, art. 1º).</p> <p>Do total de sua área, 90% ou mais, conforme definido na ato de criação, devem ser destinados, em caráter permanente, à preservação integral da biota. Na área restante, desde que haja plano de zoneamento aprovado e Segundo se dispuser em regulamento, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham acarretar modificações no ambiente natural. As pesquisas científicas e outras atividades realizadas nas Estações Ecológicas não podem colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes.</p> <p>São criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seu domínio.</p> <p>O ato de criação deve definir seus limites geográficos, o órgão responsável pela administração, além da denominação e, se for o caso, o zoneamento da área passível de uso para a realização de pesquisas científicas modificadoras do ambiente.</p> <p>As Estações Ecológicas não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos daqueles para os quais foram criadas.</p> <p>Base legal: Lei nº 6.902, de 27.04.81, arts. 1º a 7º; Decreto nº 99.274, de 06.06.90, artigos 25 a 27.</p>
2	Reservas Biológicas	<p>Têm a mesma finalidade dos Parques, qual seja "resguardar atributos excepcionais da natureza. Conciliando a proteção Integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos". (Lei nº 4.771, de 15/09/65, art. 5º, a.</p> <p>As atividades de utilização, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécimes da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título são proibidas, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas.</p> <p>São criadas por ato do poder público, seja lei (Legislativo) ou decreto (Executivo), em áreas de domínio público.</p> <p>Base legal: Lei nº 4.771, de 15/09/65 (Código Florestal), art. 5º, a. Lei nº 5.197, de 03/01/67 (Lei de Proteção à Fauna), art. 5º, a.</p>
3	Parques	<p>Têm por finalidade "resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos" (Lei nº 4.771/65, art. 5º, a).</p> <p>Definem-se como "áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de Preservação permanente, submetidos à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo", e constituem</p>

bens públicos "destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-las e mantê-las intocáveis", seu objetivo principal "reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem" (Decreto nº 84.017, de 21.09.79, art. 1º e parágrafos).

Os Parques podem ser criados pelo Poder Público federal, estadual e municipal, por lei (Legislativo) ou decreto (Executivo), em terras sob dominialidade pública.

Nos Parques, é proibida qualquer forma de exploração de recursos naturais, ressalvada a única exceção de cobrança de ingresso a visitantes, cuja renda deve ser destinada em pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e bem como de obras de melhoramentos do Parque.

Podem ser admitidas outras fontes de recursos, resultantes de uso indireto, que não impliquem em nenhuma forma de uso direto de recursos naturais.

O uso e a destinação das áreas que constituem os Parques devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais envolvidos, condicionada a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos ou recreativos.

Deve ser elaborado Plano de Manejo, revisto periodicamente, que indique detalhadamente o zoneamento de área total do Parque, além de Regimento Interno, que particularize situações peculiares.

Deve ser ressaltado que nem sempre os parques municipais enquadram-se no rigor das normas federais, não se enquadrando completamente à definição de Parque, pela presença de quadras esportivas, "playgrounds", ginásios e demais edificações com fins assemelhados. Contudo não devem ser confundidos com áreas de lazer cujo conceito é apresentado a Seguir.

Base Legal: – Lei nº 4.771, de 15/09/65, com alteração da Lei nº 7.875, de 13/11/89, art. 5º, a e parágrafo único.

Decreto nº 84.017, de 21/09/79.

4	Áreas de Lazer	<p>São aquelas em que não há finalidade de preservação de nenhum ecossistema específico, destinando-se eminentemente à recreação.</p> <p>Ainda que legalmente instituídas, são expressamente excluídas dos benefícios relativos à distribuição do ICMS, nos termos do parágrafo 3º do Decreto 974/91.</p>
5	Reservas Florestais	<p>Figuras jurídicas contempladas pela legislação florestal do início do século, têm raízes ainda mais longínquas no tempo.</p> <p>Deviam ser mantidas pelo poder público, em terras de seu domínio.</p> <p>Não encontram previsão expressa no Código Florestal de 1934, tampouco no de 1965.</p> <p>Equiparam-se aos parques, entendendo-se como "florestas remanescentes" consoante o art. 5º do Código Florestal de 1934, e albergam-se na conceituação de áreas de preservação permanente da legislação ora em vigor.</p> <p>As Reservas Florestais hoje existentes deverão sofrer adequação com o advento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.</p> <p>"Não há base legal para a criação de novas Reservas Florestais".</p> <p>Importante ressaltar que as Reservas Florestais não se confundem com reserva legal disciplinada no art. 16 do Código</p>

		<p>Florestal (Lei nº 4 771/65 e alterações posteriores), entendendo-se esta última como a "área de no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso" e que deve ser averbada a margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área".</p> <p>As reservas legais (art. 16 da Lei nº 4.771/65) não configuram Unidades de Conservação.</p> <p>Base Legal: Decreto Legislativo nº 4421, de 28.12.1921 (revogado)</p>
6	Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais	<p>São áreas de domínio público, criadas com finalidade econômica, técnica e social. Podem ser reservadas áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim. São utilizadas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e experimentação florestal, extração sustentável de madeira e outros produtos florestais.</p> <p>O anteprojeto da Lei Estadual do Meio Ambiente considera florestas estaduais "áreas com cobertura florestal constituídas preferencialmente por espécies nativas, destinadas à produção econômica sustentável de madeira e outros produtos florestais, proteção de recursos hídricos, manejo da fauna silvestre, atividade científica em contato com a natureza".</p>
7	Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIES	<p>São "as áreas que possuam características naturais extraordinárias ou abriguem exemplares raros da biota regional, exigindo cuidados especiais de proteção por parte do poder público" (Decreto nº 89.336/84, art. 2º).</p> <p>São preferencialmente declaradas quando, além dos requisitos citados acima, tiverem extensão inferior a 5.000 ha (cinco mil hectares ou nenhuma ocupação humana por ocasião do ato declaratório).</p> <p>A declaração de uma área como de relevante interesse ecológico é proposta através de Resolução do CONAMA, na esfera federal, ou de órgão colegiado equivalente, nas esferas estadual e municipal. No caso de ARIE municipal, poderá ser aceito excepcionalmente, até a constituição e implementação de uma instância Colegiada, um abaixo-assinado representativo da comunidade local e regional solicitando a criação da referida Unidade de Conservação, contendo inclusive os endereços completos dos solicitantes.</p> <p>Do ato de criação devem constar, no mínimo, a denominação, localização, caracterização e designação da entidade fiscalizadora. No aspecto dominial, podem ser adquiridas ou arrendadas, no todo ou em parte, pelo Poder Público, se isso assegurar proteção mais efetiva.</p> <p>O arrendamento, quando ocorrer, para efeito dos benefícios previsto na lei e nesta Portaria, não poderá se dar por período inferior a dez anos.</p> <p>Os recursos ambientais existentes nas ARIES podem ser racionalmente utilizados, dentro das normas estabelecidas pelo CONAMA, que são consideradas como exigências mínimas.</p> <p>São proibidos as atividades que possam pôr em risco a conservação dos ecossistemas, a proteção especial às espécies da biota localmente raras e à harmonia da paisagem.</p> <p>São permitidas atividades não predatórias, como o exercício do pastoreio equilibrado e a colheita limitada de produtos naturais, desde que devidamente controladas pelos órgãos supervisores e</p>

		<p>fiscalizadores. Não é permitido, no entanto, a utilização de agrotóxicos.</p> <p>A fiscalização das ARIES pode ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, a outro órgão público ou, através de acordo, ser executada em colaboração com fundação ou associação civil com objetivos conservacionistas e sem finalidade de lucro.</p> <p>Base Legal: Lei nº 6.938, de 31/08/81, alterada pela Lei nº 7.804, de 18/07/89, art. 9º, VI.</p> <p>Decreto nº 89.336, de 31/01/84, art. 2º a 8º.</p>
8	Hortos Florestais	<p>Da mesma forma que as Reservas Florestais (item II, a), os Hortos Florestais têm origem legais longínquas no tempo, estando essa legislação hoje revogada.</p> <p>Tratam-se de áreas sob domínio público, "em que sejam praticamente estudadas as espécies, indígenas ou não, mais aptas ao replantio e a formação de matas" (Decreto Legislativo nº 4.421, de 28.12.92, arts. 10 à 17). Deveriam ter anexos "escolas teócnco-práticas de silvicultura". Entre outras condições, deveriam ter "área mínima de 500 hectares de terras, servida, pelo menos, por um curso d'água (Decreto nº 4.439 de 26.07.1939, art. 20).</p> <p>Não há base legal para criação de novos Hortos Florestais.</p> <p>Deve ficar claro que os Hortos Florestais não se confundem com viveiros para produção de mudas. Estes não constituem Unidades de Conservação.</p>
9	Áreas de Proteção Ambiental – APAS	<p>"São unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais" (Resolução CONAMA nº 10/88, art. 1º).</p> <p>Terão sempre um zoneamento ecológico-econômico, que estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agro-pastoris, extrativistas, culturais e outras. Deverão ter zona de vida silvestre, dentre outras, onde será proibido ou restringido o uso dos sistemas naturais.</p> <p>São declaradas por ato do poder público, normalmente por decreto do Executivo, seja federal, estadual ou municipal.</p> <p>A dominialidade dos imóveis inseridos nas APAS não sofre alteração, estabelecendo o poder público limitações ao exercício do direito de propriedade, com base em sua função prevista constitucionalmente.</p> <p>O ato de criação da APA deve mencionar sua denominação, limites geográficos, principais objetivos, bem como as proibições e restrições quanto ao uso dos recursos ambientais nela contidos.</p> <p>A vigilância das APAS pode ser efetuada, mediante acordo, entre a entidade administradora do poder público e organizações não governamentais de reconhecida idoneidade técnica e financeira.</p> <p>As APAS têm sido entendidas como instrumento de planejamento regionalizado, no mais das vezes englobando diversos Municípios.</p> <p>Base Legal: Lei nº 6.938, de 31/08/81, alterado pela Lei nº 7.804 de 18/07/89. art. 9º, VI; Lei nº 6.902, de 27/04/81. arts. 8º e 9º; Decreto nº 99.274, de 06/06/90, arts. 28 a 32; Resolução CONAMA nº 10, de 14/12/88.</p>
10	Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico – AEITs e Locais Especiais	<p>"São trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservadas e valorizadas no sentido cultural e natural e destinada à realização de planos e projetos de</p>

de Interesse Turístico – LITs – AEITs	<p>desenvolvimento turístico" (Lei nº 6.513/77, art. 3º). São classificadas nas categorias prioritária e de reserva.</p> <p>Locais de interesse Turístico – LITs "são trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas Especiais, destinados, por sua adequação, ao desenvolvimento de atividades turísticas e à realização de projetos específicos" compreendendo "bens não sujeitos a regime específico de proteção" e "os respectivos entornos de proteção e ambientação" (Lei nº 6.513./77, art. 4º).</p> <p>Na esfera federal, os LITs são criados por resolução do Conselho Nacional de Turismo – CNTur, mediante proposta da EMBRATUR, após efetivação de estudos, pesquisas e levantamentos, para fins de disciplina de seu uso, ocupação, preservação e ambientação. A resolução deve indicar os limites, os entornos de proteção e de ambientação, os principais aspectos e características, bem como as normas gerais de uso e ocupação, destinadas a preservar aqueles aspectos e características, com eles harmonizando as edificações e construções e propiciando a ocupação e o uso de forma compatível.</p> <p>As Áreas Especiais de Interesse Turístico – AEITs são instituídas por decreto do Poder Executivo federal, mediante proposta do CNTur, após realização de pesquisas, estudos e levantamentos pela EMBRATUR, para fins de elaboração e execução de plano e programas, conforme a destinação elencada em lei. Do ato declaratório devem constar os limites, as principais características que lhe conferirem potencialidade turísticas, as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo, as atividades, obras e serviços permissíveis, vedados ou sujeitos a parecer prévio, bem como outras especificações, diferenciadas as categorias prioritária e de reserva.</p> <p>AEITs e LITs podem ser instituídos, em caráter complementar, nas esferas estadual, metropolitana ou municipal, observadas as diretrizes fixadas na legislação federal.</p> <p>De regra, não há alteração da dominialidade dos imóveis, ficando os proprietários responsáveis pela integridade dos bens protegidos</p> <p>Base legal: Lei nº 6.513, de 20/12/77; Decreto nº 86.176, de 06/07/81.</p>
11 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs	<p>São imóveis sob domínio privado, em que, no todo ou em parte, sejam identificadas condições naturais primitivas, semi-primitivas, recuperadas ou cujas características justifiquem ações de recuperação, pelo aspecto paisagístico, ou para preservação do ciclo biológico de espécies de fauna ou flora nativas do Brasil.</p> <p>Constituem-se em caráter perpétuo, por destinação do seu proprietário. Podem ser reconhecidas e registradas pelo IAP, a quem o interessado deve se dirigir através dos Escritórios Regionais, ou pelo IBAMA, a quem o interessado deve se dirigir através das Superintendências Regionais</p> <p>São preferencialmente apreciados os podidos relativos a imóveis vizinhos de florestas de preservação permanente ou áreas cujas características devem ser conservadas, no interesse do patrimônio natural do país.</p> <p>O reconhecimento de imóvel enquanto Reserva do Patrimônio Natural, no interesse público, dar-se-á mediante portaria da Presidência do IAP ou IBAMA, devendo ser firmado Termo de Compromisso, pelo proprietário, que o averbará no Cartório de Registro de Imóveis competente.</p>

		<p>O IAP ou IBAMA gestionará junto aos órgãos competentes, no sentido de que a RPPN instituída seja declarada isenta de ITR. As RPPNS substituem as Reservas Particulares de Flora e Fauna, registradas com base na Portaria IBDF nº 217, de 27/09/88, que devem adaptar-se às novas normas. Base Legal Lei nº 4.771, de 15/09/65 (Código Florestal Brasileiro, art. 6º); Decreto nº 1.922, de 05/06/96.</p> <p>O Estado do Paraná, através do Decreto 4.262/94, instituiu as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Estaduais, regulamentada através da Resolução 04/95 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.</p> <p>A RPPN paranaense tem, além da tradicional gravame da perpetuidade, preocupação com aspectos relativos a relação da comunidade junto as áreas, bem como procura oferecer um pacote de benefícios aos proprietários que gravarem a perpetuidade de seus remanescentes ou fragmentos de remanescentes de ecossistemas, procurando assim modernizar a relação entre o Estado e o proprietário privado, para a conservação da biodiversidade.</p> <p>O modelo paranaense entende os procedimentos para concessão de uma RPPN como uma prestação de serviço público ao proprietário, bem como a coletividade como um todo, sem no entanto haver recolhimento de taxas.</p> <p>Base Legal: Lei nº 4.771, de 15/09/65 (Código Florestal Brasileiro, art. 6º); Decreto nº 4.262, de 21/11/94; Resolução SEMA-Pr nº 04/95.</p>
12	Área de Terra Indígena – ATI	<p>"São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".</p> <p>Base Legal: Parágrafo 1º do Artigo 231 da Constituição Federal.</p>
13	Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR	<p>Criado no Estado do Paraná, as ARESUR abrangem porções do Territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da <i>Araucaria angustifolia</i> (pinheiro-do-paraná).</p> <p>Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucaria e outras espécies nativas.</p> <p>A ARESUR, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema Faxinal, observará as disposições legais aplicáveis às Áreas de Proteção Ambiental – APAS no que couber.</p> <p>Base Legal: Decreto Estadual nº 3.446/97.</p>